



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



PEDRO HENRIQUE CONCEIÇÃO RODRIGUES

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COMO REPRESENTAÇÃO DAS
EXPRESSÕES PAISAGÍSTICAS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA PORTO
DA CEASA, EM BELÉM/PA.**

**BELÉM/PA
2025**

PEDRO HENRIQUE CONCEIÇÃO RODRIGUES

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COMO REPRESENTAÇÃO DAS
EXPRESSÕES PAISAGÍSTICAS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA PORTO
DA CEASA, EM BELÉM/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área: Organização e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Barreto de Andrade Costa

Coorientador: Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja.

**BELÉM/PA
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R696m Rodrigues, Pedro Henrique Conceição.
Mapeamento Participativo como representação das expressões
paisagísticas da comunidade ribeirinha Porto da Ceasa, em
Belém/PA. / Pedro Henrique Conceição Rodrigues, . — 2025.
97 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Tiago Barreto de Andrade Costa
Coorientador(a): Prof. Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2025.

1. Paisagem Cultural. 2. Mapeamento Colaborativo . 3.
Comunidade Ribeirinha. I. Título.

CDD 910.130811

PEDRO HENRIQUE CONCEIÇÃO RODRIGUES

**MAPEAMENTO PARTICIPATIVO COMO REPRESENTAÇÃO DAS
EXPRESSÕES PAISAGÍSTICAS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA PORTO
DA CEASA, EM BELÉM/PA.**

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Dr. Tiago Barreto de Andrade Costa
Universidade Federal do Pará – Campus Belém, PPGEO.

Coorientador: Dr. Wallace Wagner Rodrigues Pantoja
Instituto Federal do Pará – Campus Belém.

Examinador Interno: Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Instituição: Universidade Federal do Pará - PPGEO.

Examinador Externo: Dra. Maria Albenize Farias Malcher
Instituição: Instituto Federal do Pará - Campus Belém.

**BELÉM/PA
2025**

DEDICATÓRIA

A mim por todo o esforço desempenhado
e aos meus queridos pais, Amarildo José
e Josiane Magno.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse momento à uma parcela significativa de pessoas que fizeram esse momento se tornar realidade. Mas de antemão a força que me trouxe até aqui veio da fé depositada em Deus, esse sem sombras de dúvidas, está conosco em toda e qualquer adversidade. Quando estamos enfraquecidos, ele nos mostra que há esperança, e também há aqueles enviados pelo mesmo Deus para nos apoiar em dados momentos.

O primeiro deles seria meu Coorientador, Wallace Pantoja, pessoa de bom coração e que foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento dessa pesquisa. Foi um verdadeiro “pai” por abraçar a causa e me auxiliar nos entraves encontrados durante o percurso.

Agradeço ao meu Orientador Tiago Costa, pela felicidade na escolha do tema e me mostrar o quanto a metodologia do mapeamento participativo pode ser uma experiência enriquecedora de conhecimento, mas também, de trocas de saberes, experiências e vivências. Enfim, o quanto a pesquisa pode e deve ser humana.

Sou grato a outros três grandes amigos que me ajudaram direta e indiretamente com essa pesquisa, o primeiro deles, Renan Marcelo, pessoa que sempre deu conselho e suporte técnico desde o processo seletivo até a etapa final. O segundo, Yuri Rocha, ser humano ímpar e de grande expertise, ofereceu ajuda nas elaborações dos mapas aqui desenvolvidos. E por fim, meu amigo e parceiro de trabalho, Ednelson Menezes, um cara de grande coração e sabedoria, sempre incentivou com seu apoio. Meu muito obrigado.!

Aos meus queridos pais, Amarildo e Josiane, gratidão pelo incentivo de vida dado lá atrás, ainda na fase de criança e adolescência. Sempre propuseram o melhor para seus três filhos.

Amplio meus sinceros agradecimentos as amizades colhidas durante o período formativo, dentre os quais estão; Cleyton Amin, Evandro Henrique e Débora Cássia. Vocês são dez.

Gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, pelo acolhimento e trocas de saberes, sem dúvida temos os melhores professores da região norte.

Outro momento de grande ajuda e valor, foi o repasse de bolsas disponibilizado pela CAPES. Essa é sem dúvida, uma oportunidade para melhor encaminhar e tranquilizar os pesquisadores deste país. Haja visto, as dificuldades financeiras e sociais de muitos estudantes e famílias.

Finalizando esse instante de retribuição, me sinto agora feliz e grato pelas trocas de experiências com a Comunidade Porto Da Ceasa, famílias que possuem motivos para reclamar das injustiças acometidas, mas que ainda sim, escolheram pôr o sorriso no rosto e ser feliz! Muito Obrigado Delma, por sua paciência e atenção.

Quantas vezes eu estive cara à cara com
a pior metade?

A lembrança no espelho, a esperança na
outra margem

Quantas vezes a gente sobrevive à hora
da verdade?

Na falta de algo melhor nunca me faltou
coragem

Se eu soubesse antes o que sei agora

Erraria tudo exatamente igual (...)

- Engenheiros do Hawaii

RESUMO

Localizada na cidade de Belém do Pará, no bairro do Curió-Utinga, a comunidade ribeirinha Porto da Ceasa, apresenta ainda nos dias de hoje, resquícios de uma metrópole que já teve forte ligação com os recursos naturais, incluindo o próprio rio Guamá, onde a comunidade está inserida na margem direita. Todavia, a mesma enfrenta desafios ambientais e socioeconômicos, mas com uma historicidade marcante. Neste viés, esta dissertação tem por objetivo interpretar através do mapeamento participativo a percepção que comunidade possui acerca das questões socioambientais que envolvem a paisagem local. Para desenvolvimento dessa interpretação, foram utilizados dados qualitativos oriundos dos questionários e entrevistas orais. E posteriormente atividades como mapas mentais e mapa colaborativo, que pudessem expressar as vivências, entendimentos e possibilidades que estes sujeitos almejam alcançar. Somente a partir de levantamentos bibliográficos e achados importantes na área de estudo, pôde ser notado que esses indivíduos estão vivenciando um estado de confusão, devido ao choque cultural com interferências externas que muitas vezes revelam as desigualdades marcadas na paisagem local. Tal fato foi percebido nas falas e também no produto participativo realizado pelas mulheres ribeirinhas.

Palavras-chave: Paisagem cultural; Mapeamento Colaborativo; Comunidade Ribeirinha.

ABSTRACT

Located in the city of Belém do Pará, in the Curió-Utinga neighborhood, the riverside community of Porto da Ceasa still bears remnants of a metropolis once deeply connected to natural resources, including the Guamá River, along whose right bank the community is situated. However, it now faces environmental and socioeconomic challenges, despite its rich historical significance. This dissertation aims to interpret through participatory mapping the community's perception of the socio-environmental issues shaping their local landscape. Qualitative data from questionnaires and oral interviews were used for this analysis, followed by activities such as mental mapping and collaborative mapping to capture their lived experiences, understandings, and aspirations. Bibliographic research and key findings from the study area revealed that these individuals are experiencing a state of cultural dissonance due to external influences, which often highlight the inequalities embedded in the local landscape. This phenomenon was evident in their testimonies and in the participatory output created by the riverside women.

Keywords: Cultural Landscape; Collaborative Mapping; Riverside Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo.....	30
Figura 2 - Termo de autorização de uso feito pelo SPU.....	32
Figura 3 - Porto da Ceasa em período de Cheia do Rio Guamá.....	33
Figura 4 - Principais produtos extraídos da área.....	34
Figura 5 - Fragilidades inerentes ao saneamento básico local.....	34
Figura 6 - Processo metodológico do Mapeamento Participativo.....	36
Figura 7 - Realização de mapas mentais por parte das crianças.....	41
Figura 8 - Produção de mapa mental a partir das mulheres residentes na comunidade.....	42
Figura 9 - Construção do mapeamento participativo com as moradoras locais.....	43
Figura 10 - Devolutiva acerca do mapeamento colaborativo.....	45
Figura 11 - Delimitação da rodovia Liberdade.....	58
Figura 12 - Mapa da área de influência do meio socioeconômico.....	60
Figura 13 - Trajeções da paisagem das vivências ribeirinhas do Porto da Ceasa.....	61
Figura 14 - Mapas mentais confeccionados pelas crianças da comunidade.....	63
Figura 15 - Mapa mental elaborado pelas mulheres do Porto da Ceasa.....	64
Figura 16 - Síntese metodológica da Matriz FOFA na Comunidade Ribeirinha.....	67
Figura 17 - Mapa participativo com base nos saberes das mulheres locais.....	72
Gráfico 1 - Tempo de moradia no Porto da Ceasa.....	37
Gráfico 2 - Mudanças na paisagem descritas pelos comunitários.....	38
Gráfico 3 - Como os moradores se denominam dentro do processo de ocupação.....	38
Gráfico 4 - Relação estabelecida com o ambiente natural.....	39
Gráfico 5 - Potencialidades levantadas pelos entrevistados.....	39
Gráfico 6 - Fragilidades pontuadas na comunidade Porto da Ceasa.....	40
Quadro 1 - Dissertações e teses em mapeamento participativo (2004-2024).....	10
Quadro 2 - Atividade desenvolvida com a comunidade utilizando a Matriz FOFA.....	43
Quadro 3 - Área de vivência ribeirinha na comunidade Porto da Ceasa (Belém-PA).....	49
Quadro 4 - Categorização e princípios norteadores da paisagem.....	51
Quadro 5 - Distintas formas de aplicação da metodologia FOFA.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 – A PAISAGEM COMO CHAVE TEÓRICA: REFLEXÕES SOBRE A COMUNIDADE PORTO CEASA.....	14
1.1 DA DICOTOMIA À INTEGRAÇÃO: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	15
1.2 PAISAGEM CULTURAL: IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO.....	19
1.3 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO.....	22
1.3.1 Mapas mentais como representação da paisagem.....	26
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	30
2.1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	30
2.2 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE PORTO DA CEASA: INTEGRANDO SABERES LOCAIS E TÉCNICAS CARTOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	35
2.2.1 Pré-mapeamento.....	36
2.2.2 Mapeamento.....	40
2.2.3 Digitalização dos dados pelo pesquisador.....	44
2.2.4 Finalização dos mapas.....	45
3 - VIVÊNCIAS E PERMANÊNCIAS: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO RIBEIRINHO.....	46
3.1 INVISIBILIDADE RIBEIRINHA: UM OLHAR ESVAZIADO.....	56
4 - PRODUTOS FINAIS DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO.....	63
4.1 CONTRIBUIÇÕES DA MATRIZ FOFA PARA O MAPEAMENTO.....	65
4.2 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CARTOGRAFIA COLABORATIVA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES.....	84

INTRODUÇÃO

A presente dissertação ancora-se em tratar a temática do mapeamento participativo como mecanismo de expressão e representação da paisagem, através das vivências de uma comunidade ribeirinha que está se adequando às recentes transformações que a perpassam. Entendendo que o mapeamento participativo emerge como uma ferramenta importante, pois, esta abordagem não apenas permite uma compreensão um pouco mais ampla das características e necessidades das variadas paisagens, mas também promove a inclusão das percepções e conhecimentos das comunidades locais no processo de tomada de decisões.

Essa estratégia metodológica permite que sejam trabalhadas questões inerentes ao espaço de convívio das pessoas, mostrando através destes mapas elementos sociais e ambientais. Na medida em que as visões sobre o território são organizadas, articuladas e dialogadas com a comunidade e com os agentes externos, surgem iniciativas próprias de transformação da realidade vivida, como a construção de hortas comunitárias, limpeza e revitalização de áreas degradadas, luta por áreas de parque, praças entre outros direitos (Tomaz, 2020).

Antes de chegarmos até a etapa de mapeamento mencionada, desenvolvemos atividades de interação com os ribeirinhos, de forma a se expressarem e materializassem seus imaginário e vivências. Nesse sentido, a comunidade Porto do Ceasa em Belém/PA, exprime significados que precisam ser discutidos e trabalhados não somente na esfera científica e acadêmica, mas também, entre os próprios residentes. Por se tratar de uma área com um certo privilégio de localização (meio de locomoção, recurso para subsistência, atividades domésticas e de lazer), tem sido alvo de importantes mudanças físicas provocadas interna e externamente e em certa medida alterações de comportamentos, já que a cultura é fluída. Não queremos dizer que as modificações culturais não sejam necessárias, mas quando há uma interferência mais intensa nos modos de vida, acaba por causar certa “confusão” nos sujeitos. Diante disso, estabelecemos nossa investigação sobre a área, através de três aspectos principais: i) relevância pessoal; ii) relevância científica e iii) relevância social.

Como relevância pessoal, pontuamos que a chegada até o Porto da Ceasa se deu em um primeiro momento graças à discussão sobre saneamento básico, mediado pelo curso de Especialização em Tecnologia Social em Saneamento, Saúde e Ambiente na Amazônia – IFPA. Posteriormente, através da inserção no Programa de Pós-Graduação

em Geografia - UFPA, verificou-se a possibilidade de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento científico do pesquisador, numa visão mais participativa no que tange os resquícios ribeirinhos na Amazônia paraense.

Destarte, justifica-se a relevância científica da mesma, demonstrando que existem poucos estudos voltados para essa comunidade, principalmente dentro da Geografia. Logo, esta pesquisa emerge como possibilidade e contribuição para pesquisas futuras. Fazendo uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, há o encontro de apenas um trabalho atrelado a área de antropologia/arqueologia¹.

Por fim, como justificativa pela relevância social, refletimos a necessidade de expressar saberes tradicionais/historicidade, fraquezas, potencialidades e o reconhecimento enquanto uma comunidade ribeirinha. Entendendo que se faz necessário adotar a coletividade para preservação da área em questão, mas, sobretudo compreender que são sujeitos que detêm uma cultura particular que precisa ser resguardada. Demonstrando ainda, que possuem resquícios de uma cidade que já teve forte ligação com o rio e que hoje tratam o mesmo como acessório para contemplação. Problemáticas essas vivenciadas por “cidades na floresta”, que apresentam um distanciamento dos saberes e valores tradicionais da floresta (Trindade Júnior, 2010). Se fazendo pertinente o desenvolvimento do mapeamento participativo como demonstrativo dos costumes que ali resistem.

Por intermédio dessa compreensão que se apresenta a problemática que permeia esta pesquisa, manifesta a seguinte indagação: Como a comunidade ribeirinha Porto da Ceasa interage e se adapta às mudanças na paisagem ao longo do tempo, considerando os fatores socioambientais?

Para a interpretação da paisagem nesta dissertação, recorreu-se às concepções de Berque (1984) e Cosgrove (1985-1989). Na análise de Cosgrove sobre a paisagem cultural é destacado a experiência individual e a conexão estética entre os seres humanos e o ambiente, tratando a paisagem como um texto que expressa valores e significados sociais. Por outro lado, Augustin Berque, com seus conceitos de "paysage-empreinte" e "paysage-matrice", enfoca a relação mútua entre a paisagem e as práticas sociais, mostrando como as ações humanas moldam a paisagem e, simultaneamente, como ela

¹ SANTOS, SABRINA FERNANDES DOS. **Memórias e esquecimentos na Fazenda Velha: O sítio arqueológico-histórico Engenho do Murutucu**' 14/03/2019 164 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Somente este trabalho foi localizado dentro do catálogo da CAPES, abordando sobre o Porto da Ceasa.

impacta a vida social. Assim, enquanto Cosgrove prioriza a dimensão estética e experiencial da paisagem, Berque vê a paisagem como um sistema dinâmico de interações sociais e culturais.

Tendo por objetivo geral; interpretar através do mapeamento participativo a percepção da comunidade Porto do Ceasa, acerca das questões socioambientais que envolvem a paisagem local. Posto isto, é desdobrado em três objetivos específicos:

- Verificar as potencialidades e fragilidades associadas à paisagem local.
- Conhecer as representações gráficas e saberes particulares dos sujeitos envolvidos.
- Analisar como a comunidade ribeirinha Porto da Ceasa se adapta às transformações da paisagem ao longo do tempo, considerando os fatores socioambientais.

Parte-se da premissa de que três hipóteses orientam a presente pesquisa, oferecendo caminhos para análise e reflexão ao longo do estudo. A primeira indica que, por estar em uma área de interface urbano-ribeirinha, a população tende a se afastar do rio e se conectar mais com a dinâmica urbana. A segunda considera que o mapeamento participativo é uma ferramenta importante para fortalecer a relação simbólica dos sujeitos com sua paisagem. A terceira hipótese aponta que essa prática também permite construir uma geograficidade da paisagem, auxiliando na busca por soluções socioambientais locais. Essas hipóteses, interligadas, delineiam uma abordagem que articula paisagem, memória e participação social como eixos centrais da investigação.

Metodologicamente, esta pesquisa foi trabalhada da seguinte forma: levantamento bibliográfico (no google acadêmico e CAPES) com autores que discutem o conceito de paisagem em suas vertentes físicas e culturais. Posteriormente, recorreu-se a discussão de mapeamento participativo, bem como de mapas mentais, para dar suporte às atividades práticas que seriam desenvolvidas. Além disso, foram feitas análises de documentos como do SPU/PA, EIA-RIMA/PA e Cosanpa. De acordo com (Cellard, 2010, p. 295), a análise documental é “[...] um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador”. Possibilitando uma compreensão temporal e social.

A fim de compreender a produção científica na pós-graduação brasileira com relação à temática do mapeamento participativo no estado do Pará - buscamos no catálogo de teses e dissertações da CAPES trabalhos que tivessem edificado estudos científicos

dessa natureza no recorte temporal de 2004 a 2024. A partir da chave de busca ‘Mapeamento Participativo’ obtivemos um total de 9 trabalhos, os quais estão mais bem detalhados no Quadro 01.

Quadro 1 - Dissertações e teses em mapeamento participativo (2004-2024).

Natureza	título	Autor	IES	ANO
Dissertação	Mapeamento participativo e território em Barcarena-PA: Análise de uma comunidade atingida pela indústria minero-metalúrgica.	Joandreson Barra Lima.	Universidade Federal do Pará - UFPA (Cidades, Territórios, Identidades e Educação - PPGCITI).	2023
Dissertação	Análise espacial da área de cobertura dos agentes comunitários de saúde em relação à abrangência das unidades básicas de saúde no município de Santarém-Pa.	Marcos Jose da Silva Baia.	Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém - UFOPA. (Biociências).	2023
Dissertação	Governança ambiental participativa como ferramenta para construção de ações sustentáveis na costa paraense.	Lana Caroline Ferreira Farias.	Universidade Federal do Pará - UFPA. (Oceanografia)	2022
Dissertação	Mudanças e adaptações no modo de vida na vila Mainardi (Breves, Pará): Os impactos da decadência da atividade madeireira.	Amiraldo do Socorro Soares da Cunha.	Universidade Federal do Pará - UFPA (PPGEO).	2021
Tese	Crônica/memorial sobre a produção artística na Belém do final do século xx: três coleções e alguns biografemas.	Neder Roberto Charone.	Universidade Federal do Pará - UFPA. (PPGARTES)	2021
Dissertação	Impasses sociais na resex ipaú-anilzinho: o mapeamento participativo como ferramenta de apoio à reconstrução do plano de manejo.	Sara Francisca Correa Dias Ramos.	Universidade Federal do Pará - UFPA. (Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na	2020

			Amazônia - PPGEDAM).	
Dissertação	Comunidades em zona de amortecimento de Resex marinha; a cartografia participativa como instrumento de identificação do território de uso dos pescadores da vila de carateua, Bragança-Pa.	Maicon Silva Farias.	Universidade Federal do Pará - UFPA. (Gestão dos Recursos naturais e Desenvolvimento local na Amazônia - PPGEDAM).	2014
Dissertação	Manejo, gestão de recursos naturais e luta pela terra pelos Borari de Novo Lugar TI Maró, Santarém, Pará.	Tatiane Braga Ferreira.	Universidade Federal do Pará - UFPA. (Agriculturas Amazônicas)	2011
Dissertação	Modelo alternativo de regularização fundiária nas áreas de várzea do município de Santarém/PA, Parintins e Tefé/AM: sua incorporação nas políticas públicas local e regional.	Antonia do Socorro Pena Gama.	Universidade Federal do Pará - UFPA. (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU).	2004

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Desses nove trabalhos realizados no Pará, apenas 1 vem da Geografia - PPGeo. Isso demonstra que esse tema ainda é pouco trabalhado no Estado do Pará. Intentando uma busca mais segura, recorreu-se ao catálogo da CAPES, por ser uma plataforma mais assegurada e que reúne diversos trabalhos.

Partindo para as atividades práticas junto aos comunitários, destacamos quatro programações desenvolvidas: A) **questionários semiestruturados** com residentes do local e registros de campo (fotografias), através destas foi possível ter um primeiro contato com esses ribeirinhos, troca de diálogos e um pré-diagnóstico sobre a paisagem em questão. B) **Mapa mental com as crianças**, nesse desenvolvimento foi expresso o imaginário que ambas possuem da comunidade enquanto local de vivência diária, com elementos que perpassam os aspectos físicos e culturais. C) **Entrevistas abertas** com as mulheres e mapa mental acerca das representações que os adultos possuem quanto seu contexto social, revelando conhecimentos espaciais da disposição dos elementos constituintes da paisagem (casas, igreja, barracão, árvores, ponte e rio). Segundo Richter

(2010), os mapas mentais são representações gráficas construídas que comunicam o raciocínio espacial de um indivíduo ou de um determinado grupo social. Finalmente, pontuamos o desenvolvimento de fato do D) **mapeamento colaborativo**, com base nos saberes locais e articulação feminina no Porto da Ceasa, vislumbrando criar mecanismos que possibilitem uma melhora da área onde residem durante décadas.

Essas mulheres ribeirinhas desempenham um papel fundamental na manutenção dos laços comunitários, na preservação dos saberes tradicionais e na relação cotidiana com o ambiente natural. São elas, muitas vezes, as principais responsáveis pelo cuidado com a família e pela transmissão de práticas culturais ligadas ao uso sustentável do rio e da terra. Sua atuação, embora por vezes invisibilizada, é central para a construção de uma relação mais equilibrada entre comunidade e natureza. Pela sua atuação mais comprometida em detrimento dos homens locais, optou-se por trabalhar com essas residentes do Porto da Ceasa.

Dessa forma, apresenta-se um cenário dos capítulos que constituem esta dissertação: no capítulo 1, denominado “**A paisagem como chave teórica: reflexões sobre a comunidade Porto Ceasa**”, busca-se tecer discussões centradas no desenvolvimento do conceito de paisagem, abordando a concepção de diversos autores. Nessa trajetória, foram feitos debates reflexivos de geógrafos inseridos na chamada paisagem física e paisagem cultural. Em seguida, foi trabalhado o diálogo referente a conceituação de mapas participativos e mentais, fazendo um paralelo de sua importância para a representação da paisagem aqui estudada.

No capítulo 2, intitulado “**Os caminhos da pesquisa**”, as argumentações estão atreladas às etapas que culminaram para a realização dessa pesquisa. Partindo primeiramente da caracterização da área, para em seguida serem destacados os principais caminhos metodológicos junto à comunidade local. Esses percursos se tornam indispensáveis para uma aproximação e entendimento dos reais problemas que as famílias anseiam por soluções.

Como maneira de realizar um levantamento histórico-geográfico das populações tradicionais, o capítulo 3 “**Vivências e permanências: representações do imaginário ribeirinho**”, tem por objetivo fazer um apanhado histórico e característico dos povos ditos ribeirinhos, onde eles possuem uma íntima relação com o meio natural - rio e terra. Essa comunidade resiste às intensas transformações ocorridas nos centros urbanos ao

longo dos anos, constituindo espaços com resquícios de uma cidade que já teve forte ligação com os recursos hídricos.

Por fim, no quarto e último capítulo, denominado “**Produtos finais do mapeamento participativo**”, trazemos à luz a sistematização das práticas de campo, além de fornecer a base dos conhecimentos empíricos ou saberes tradicionais dos(as) ribeirinhos(as) aqui pesquisados. Tendo como produto final o mapa colaborativo, com base nas informações trazidas pelas mulheres ribeirinhas do Porto da Ceasa.

1. A PAISAGEM COMO CHAVE TEÓRICA: REFLEXÕES SOBRE A COMUNIDADE PORTO CEASA

Esta pesquisa adota o conceito de paisagem como eixo central para analisar a realidade da comunidade Porto Ceasa. Nesse sentido, o presente capítulo promove uma discussão crítica sobre as diferentes interpretações e aplicações desse conceito, partindo de um levantamento das perspectivas de diversos autores e, posteriormente, aproximando-se da noção de paisagem cultural proposta por Berque (1984) e Cosgrove (1989).

Demonstra-se que o conceito de paisagem cultural pode estabelecer uma relação dialógica com o mapeamento participativo, uma vez que seu entendimento abarca tanto elementos visíveis — como a conformação do espaço físico — quanto as marcas e expressões da cultura humana.

Para elucidar a problemática em questão, recorre-se às interpretações desses dois autores, o que permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos que permeiam o Porto da Ceasa. Cosgrove (1989) destaca a complexidade do local, caracterizado por múltiplas camadas de significados. Trata-se, em suas palavras, de “um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram e, talvez, entrem em conflito” (p. 220). Essa afirmação ilustra de maneira significativa os choques culturais que marcam a comunidade, os quais se materializam em desigualdades socioespaciais. Além disso, para o autor, a paisagem é um conceito fundamental para a Geografia Humanística, pois evidencia que o espaço geográfico é, simultaneamente, palco de contradições — entre beleza e feiura, acertos e erros, alegria e sofrimento — e campo de disputas materiais e simbólicas (Cosgrove, 1989).

Por sua vez, Berque (1984, p. 33) propõe uma visão dual da paisagem: ela é, ao mesmo tempo, “uma impressão, pois expressa uma civilização; mas também é uma matriz, pois participa dos esquemas de percepção, concepção e ação — ou seja, da cultura — que canalizam de certa forma a relação de uma sociedade com o espaço e a natureza”. Em outras palavras, a paisagem não apenas reflete a cultura, mas também a modela, atuando tanto como espelho quanto como agente transformador das dinâmicas sociais.

Com base nessas reflexões, os autores são mobilizados para discutir as transformações vivenciadas pelos ribeirinhos nos últimos anos. Em seguida, apresenta-se uma breve explanação sobre os modos de interpretação da paisagem, consolidando o diálogo entre teoria e realidade empírica.

1.1. Da Dicotomia à Integração: A Evolução do Conceito de Paisagem na Geografia e seus Desdobramentos Socioambientais

Na Geografia Humana, sob uma visão corológica e regional típica (conforme Karl Ritter), a interação entre sociedade e natureza levou à observação da paisagem, enfatizando o ser humano como o principal agente transformador do sistema terrestre. A escola Possibilista, baseada nas ideias de La Blache, via o ser humano como um agente modificador da Terra, enquanto a natureza era percebida apenas como uma base de possibilidades.

Na década de 1920, a paisagem natural foi delineada como meio, a Cultura como agente e a paisagem cultural como o resultado, destacando a ruptura entre as esferas natural e cultural da paisagem (Rodriguez e Silva, 2002). Historicamente, a concepção de paisagem foi frequentemente reduzida a uma mera representação superficial do espaço, vista como produto das dinâmicas sociais. Na década de 1960, surgiram esforços teóricos para superar essa visão fragmentada, buscando compreender as relações entre sociedade e natureza.

No entanto, esse debate acabou reforçando uma dicotomia epistemológica. De um lado, a Geografia Física analisava os elementos naturais de forma isolada, tratando os geossistemas como totalidades parciais que ignoravam a dimensão humana. De outro, a Geografia Humana tendia a instrumentalizar a natureza, reduzindo-a a um simples estoque de recursos a ser explorado, ou a considerando apenas como fonte de recursos.

A paisagem passou a ser percebida principalmente como a representação superficial do espaço, resultante das atividades sociais. Nos anos 1960, surgiram tentativas de interpretar a relação entre sociedade e natureza. Nesse período, o geógrafo russo Sotchava propôs a Teoria dos Geossistemas, interpretando a paisagem como um sistema complexo composto por elementos como estrutura, funcionamento, dinâmica, evolução e informação. Segundo Rodriguez e Silva (2002), essa abordagem representava uma articulação entre análise funcional e espacial, integrando conceitos da Geografia Física e da Ecologia Biológica.

Rodriguez e Silva (2002) explicam que, após a diferenciação entre paisagem e Geossistema, a Geografia ficou desprovida de metodologia para abordar questões ambientais até a formulação do modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem) por Bertrand. Rodrigues (2001) observa que, embora a Teoria Geossistêmica tenha sido

desenvolvida pela escola russa, sua difusão no Ocidente foi promovida pela escola francesa liderada por Bertrand.

Passos (2013) esclarece que o modelo GTP, proposto por Bertrand, se baseia em três sistemas metodológicos: Geossistema, Território e Paisagem, analisados sob uma ótica espaço-temporal. Esses sistemas representam a natureza antropizada, apropriada e artificializada, respectivamente. Para abordar as questões teóricas e metodológicas relacionadas ao meio ambiente, na década de 1980, a Biologia Ecológica introduziu a Ecologia das Paisagens, com o objetivo de transcender a visão tradicional.

Essa abordagem da Ecologia das Paisagens explica a paisagem como a expressão espacial dos ecossistemas, estabelecendo uma relação entre o meio biótico e o espaço físico. Paralelamente, a Geografia Física das Paisagens, também conhecida como Ecogeografia ou Geoecologia, desenvolvida pela escola de Jean Tricart (1976), concentrou-se no relevo e na Geomorfologia. No entanto, essa abordagem recebeu críticas teóricas por sua tendência a privilegiar uma análise parcial em detrimento da compreensão da totalidade natural.

É crucial compreender a paisagem em uma perspectiva socioambiental para entender sua dinâmica e os processos que a modificam em um contexto temporal e espacial específico. Segundo Ab'Sáber (2012), a paisagem não é apenas um território físico, mas também uma herança de processos geológicos e geográficos. Portanto, tanto o poder público quanto o cidadão comum têm responsabilidade na utilização não predatória da paisagem terrestre.

Assim, percebe-se que os biomas e ambientes atuais sofrem forte intervenção humana devido às demandas da sociedade contemporânea, o que determina uma reestruturação do ambiente. A ocupação desordenada e irregular do solo acaba por forçar populações marginalizadas do processo de urbanização capitalista a ocupar áreas naturalmente preservadas, resultando em uma transformação da paisagem e na redução de seu potencial.

É importante destacar que a potencialidade paisagística dos ambientes não se confunde com a natureza, como expressa Passos (2013). O senso comum tende a associar paisagem à natureza; no entanto, a paisagem é um conceito polissêmico, podendo ser vista tanto como sujeito quanto como objeto em uma visão dualista. As ciências ambientais analisam a paisagem como uma fonte de informações quantitativas e qualitativas.

A paisagem não se restringe ao visual ou aos resultados sensoriais, mas é uma categoria que serve principalmente para avaliar os danos, riscos, alterações e degradações que a natureza alterada oferece à sociedade, ou ainda os problemas que a ação humana oferece ao ambiente. Portanto, não se pode reduzir a paisagem à materialidade de processos naturais ou sociais, mas sim vê-la como uma interação entre esses processos que se modificam ao longo do tempo.

Passos (2013) observa que a paisagem tem ocupado cada vez mais estudos e avaliações de impactos ambientais e planejamento em diversas escalas, com o objetivo de promover uma melhor gestão dos recursos naturais de forma sustentável. A deterioração da paisagem reflete um forte dano à sustentabilidade, com níveis preocupantes de risco e vulnerabilidade ambiental.

Almeida, Nunes e Figueiredo (2009) destacam a distinção entre paisagem abstrata e concreta, ou, como Passos (2013) a interpreta: material e imaterial. A paisagem abstrata parece correr menos riscos do que a concreta, que está sujeita a alterações e até mesmo a desaparecer. Essa concepção é essencial para entender a perda como um fator relativo, dependendo do observador que a atribui, uma vez que não há vácuo temporal e espacial, resultando em aspectos diferenciados conforme os fatores que determinam a paisagem.

Essa dinâmica pode ser percebida pelos diversos atores sociais que compõem e interpretam a paisagem, evidenciando seu caráter em constante transformação. As mudanças podem ocorrer em ritmos variados, dependendo da intervenção humana sobre a paisagem. Em locais com pouca ou nenhuma interferência direta, a paisagem tende a ter uma maior capacidade de resiliência, podendo se regenerar de forma gradual diante de mudanças geomorfológicas, biológicas, geológicas e climáticas. Essas transformações ocorrem de maneira mais sutil e lenta do que em ambientes onde a ação humana é mais intensa e direta.

Estudiosos nos referidos anos, como Augustin Berque (1980-2000); Denis Cosgrove (1980-1985); Yi-Fu Tuan (1970) e o Milton Santos (1970-1996), alertam para o risco iminente da tecnosfera sobre a paisagem, pois isso pode reduzir a capacidade de interação entre os elementos que a compõem. Apesar da paisagem ser naturalmente heterogênea, o uso de práticas diferenciadas sobre o espaço ao longo do tempo pode modificá-la. Enquanto para alguns, essa modificação é vista como vantajosa do ponto de vista natural e ecossistêmico, para outros representa o fim de um ciclo de atividades econômicas e prejuízos financeiros. Um exemplo disso é quando áreas, anteriormente

utilizadas para atividades rurais, são designadas como protegidas ou se tornam impróprias para cultivo.

Para esclarecer esse pensamento, Luz (2014) afirma que a paisagem possui um caráter dinâmico, adquirindo diversas interpretações e alertando para um "retorno" do estudo da paisagem, especialmente em três áreas de atuação que cresceram muito nos últimos anos na Ciência Geográfica: a problemática socioambiental, a Geografia Cultural e a gestão territorial.

Nesse contexto, Donadieu e Périgord (2005) enfatizam que a paisagem deve abranger um significado polissêmico, humanista, cultural e naturalista, ou seja, uma universalidade que englobe variadas representações do mundo real e as diversas funcionalidades do espaço. Essa abordagem dos autores reforça a versatilidade de atuação que a paisagem assume, como discutido anteriormente.

Ao sustentar o pensamento de integração da paisagem, torna-se mais viável entender os desequilíbrios causados por ações antrópicas. Este estudo não se limita a analisar a degradação da paisagem apenas do ponto de vista físico-natural, mas também examina as relações entre a sociedade como causa ou vítima da degradação socioambiental, apoiado por uma abordagem metodológica integrada e holística da paisagem.

Para Cunha e Guerra (2016), o meio ambiente é dinâmico e sujeito a alterações pelas ações humanas, as quais variam com os modos de produção e o avanço tecnológico. É crucial considerar o espectro social, determinado pela forma como as pessoas utilizam o espaço, o que pode resultar em degradação. A concentração populacional é apontada como um dos principais motivos da degradação socioambiental e da paisagem, mas é a maneira como essa concentração e o uso da terra ocorrem que determinam sua causa principal.

A necessidade de usar os recursos ambientais leva as populações a criarem seu próprio fator de risco socioambiental, como ocorre nas margens dos rios, onde a vegetação natural é substituída por cultivos e plantações, ou onde a infraestrutura, como trapiches ou pequenos portos, altera a beira da várzea ou do canal fluvial. Nesses casos, a população contribui para sua própria vulnerabilidade ambiental, ou então a presença humana amplia os riscos já existentes no ambiente.

A paisagem serve como indicador revelador, refletindo sintomas que indicam desequilíbrios socioambientais. A interação dos elementos naturais com a dinâmica das

populações, que interagem com eles, pode demonstrar "sintomas" que indicam se a paisagem está saudável ou não. Por exemplo, rios em bacias com margens vegetadas tendem a apresentar menos erosão e menor alargamento do leito, enquanto rios assoreados indicam menor vazão de água e aproveitamento reduzido dos recursos, destacando a natureza integradora da paisagem nos estudos socioambientais.

Bertrand (1971) já salientava o perfil dinâmico e indissociável da paisagem, argumentando que esta não se limita ao simples conjunto de elementos, mas é uma combinação complexa de elementos biológicos, físicos e antrópicos, que evoluem constantemente. Essa visão, válida há décadas, continua relevante em estudos contemporâneos, ressaltando a importância de perceber a sociedade como parte que integra a paisagem.

Nos ambientes urbanos, os impactos tornam-se mais evidentes devido à intensa transformação do meio natural em detrimento do artificial. Coelho (2011) destaca que os impactos socioambientais nas paisagens urbanas são compreendidos considerando a multidimensionalidade dos elementos físicos, como topografia e rede de drenagem, e dos elementos político-institucionais, como planos diretores e projetos urbanos.

1.2 Paisagem cultural: identidade e transformação

Sauer (1925) contribuiu significativamente para a história do pensamento geográfico. Em sua perspectiva, a cultura é definida de forma ampla, abrangendo costumes, crenças, hábitos, habilidades, técnicas, linguagem, artes, gestos e moral, com ênfase nas manifestações materiais. Ele considera a cultura como uma entidade supraorgânica, que influencia a sociedade de maneira independente.

Ainda segundo Sauer, a paisagem é composta por elementos visíveis, como a forma da superfície, o solo, a cobertura vegetal, corpos d'água, vida animal visível e expressões da cultura humana. Esses componentes são essenciais para determinar a identidade da paisagem e compreendê-la. Ele enfatiza a importância desses elementos como fenômenos de massa e de relação na definição e caracterização da paisagem.

A valorização da paisagem cultural de Sauer reforça a necessidade de considerar não apenas os elementos físicos visíveis, mas também as narrativas, práticas e valores culturais que a moldam. O mapeamento participativo possibilita uma compreensão mais profunda das questões socioambientais, abrangendo desde aspectos da biodiversidade até os diferentes usos e práticas que ocorrem na área.

Cosgrove (1989), tece algumas críticas pertinentes quanto a definição de cultura discutida por Sauer, uma de suas contribuições refere-se ao entendimento de que a cultura não é algo que funciona através dos seres humanos. A mesma, pelo contrário, precisa ser constantemente reproduzida através de suas ações, das quais, muitas delas não são reflexivas. Sendo rotineiras da vida cotidiana. Esse é um ponto importante para entendermos a perpetuação da paisagem ribeirinha.

Ademais, Cosgrove classifica as paisagens em duas categorias: paisagens da cultura dominante e paisagens alternativas. As primeiras estão ligadas aos grupos ou classes que controlam os meios de vida e projetam uma imagem de mundo consoante com sua experiência, sendo essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade. Já as paisagens alternativas são menos visíveis e podem parecer dominantes dependendo da escala utilizada.

Diante disso, é fundamental observar o uso da paisagem para analisar as formas de intervenção e interação humana, identificando pontos positivos e negativos a serem mapeados e cartografados. Uma vez que, a situação de subordinação de certas paisagens, criam desigualdades que podem ser percebidas diretamente na paisagem, seja através das marcas visíveis, seja por meio dos relatos expressos pelos sujeitos. Essa análise deve priorizar a percepção e experiência das populações locais, garantindo um planejamento mais eficiente.

Berque (2013) argumenta que a paisagem não reside apenas no objeto ou no sujeito, mas na interação complexa entre ambos. Essa relação envolve diversas escalas de tempo e espaço, influenciando tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas (apud Marandola e Oliveira, 2018). Berque (2000) complementa essa visão ao afirmar que a paisagem resulta da interação entre o objetivo, o subjetivo, o homem e o meio. Para ele, “esta integração compreende os aspectos físicos [...] e os aspectos fenomenais [...], uns e outros em perpétua correspondência e se entredeterminando de maneira ao mesmo tempo simbólica e ecológica” (apud Marandola e Oliveira, 2018, p. 142).

Coli (2012) propõe um debate sobre as paisagens culturais, considerando-as uma combinação entre o terreno “cultural” e “geográfico”. Ele ressalta a geografia como “ciência das pessoas e lugares” e enfatiza a importância de compreender as paisagens culturais para um entendimento mais aprofundado do território. Essa abordagem inclui

tanto as características físicas e geográficas quanto as influências culturais, sociais e históricas que moldam a paisagem.

Adentrando no viés de construção social, onde os indivíduos exprimem na paisagem as suas formas culturais, Berque em sua obra (1984) "paysage-empreinte, paysage-matrice" argumenta que a paisagem deve ser compreendida em duas dimensões: como uma construção social que é percebida e valorizada por indivíduos e coletivos, e como uma matriz que molda e influencia essas percepções e experiências. Essa relação bidirecional entre a paisagem e a sociedade é fundamental para entender o significado cultural e a lógica que a sustenta.

É preciso entender a paisagem como, por um lado, sendo vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerida por uma política, etc.; e, por outro lado, como matriz, ou seja, como algo que determina, em retorno, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e moral, essa política, etc (Berque, 1984, p. 33, tradução nossa).

Ainda segundo este autor, a paisagem deve ser compreendida tanto em sua produção quanto em sua influência sobre a consciência e as práticas sociais. Ele destaca a necessidade de uma abordagem cultural que reconheça a complexidade das relações entre sociedade e espaço.

Cosgrove (1985), por sua vez, interpreta a paisagem como um texto que reflete as relações humanas e criativas com o ambiente. Ele enfatiza os aspectos subjetivos e experienciados da paisagem, destacando-a como um contexto para a vida cotidiana e uma construção estética que pode distanciar a interação ativa com a natureza. Para ele, a paisagem é uma ideologia visual que influencia a percepção e o controle do espaço.

Geograficamente, o centro da cidade, onde edifícios públicos e monumentos adornam a praça principal, é o cenário para grandes homens e deve registrar suas façanhas épicas. Nos palácios urbanos e nas casas privadas da nobreza, aparecem retratos e grupos familiares, enquanto no campo, distante e subordinado ao poder no coração da cidade, os camponeses – 'bestas da vila' – se divertem de maneira rude, enquanto os senhores relaxam, seguem passatempos apropriados e desfrutam da beleza da natureza (Cosgrove, 1985, p. 52, tradução nossa).

Este fragmento nos revela que a geograficidade da paisagem urbana, aquela dita "dominante", a qual recebe ou apresenta os melhores cenários onde certos grupos podem desfrutar de suas benfeitorias. Há ainda, paisagens subalternas e/ou excluídas, revelam a segregação por trás da trama do controle sobre os meios de vida, terra, capital e até mesmo

força de trabalho. E indo mais ao longe, remodelando a paisagem conforme seus interesses individuais travestidos de interesses coletivos. Essa dimensão atrela-se às realidades vivenciadas pelo público aqui observado, estudado e ouvido.

Ambos os autores (Berque, 1984; Cosgrove, 1989), dão ênfase às experiências subjetivas, mas Cosgrove adota uma perspectiva materialista para refletir sobre a paisagem simbólica, abordando suas dimensões de desigualdade e controle social coletivo. Por outro lado, Berque destaca a integração cultural no processo de inscrever marcas no mundo, entendendo essas inscrições como fundamentos que moldam uma forma específica de perceber e interpretar a realidade (uma matriz de significados).

1.3 Mapeamento Participativo

Um termo comumente associado à noção de mapeamento participativo é o de cartografia social. Portanto, inicialmente é importante que entendamos a relação entre os dois. Tomaz (2020), diz que a diferença entre cartografia social e mapeamento participativo reside no foco e na abordagem das metodologias. A cartografia social, com um olhar mais específico, busca realizar mapas de forma crítica e participativa, demarcando e caracterizando contextos territoriais conflituosos a partir de seus símbolos. Já o mapeamento participativo é um conceito mais abrangente que inclusive abarca o que se pode chamar de cartografia social. A ideia daquele, portanto, é que o mapeamento seja feito com a participação efetiva das populações residentes nos territórios cartografados. Busca com isso auxiliar na gestão territorial interativa com a comunidade, identificando usos tradicionais, conflitos, fragilidades e potencialidades, empoderando as pessoas do lugar e estimulando-as a agir sobre o território para transformá-lo ou assegurar seus direitos sobre ele. Ou seja, o mapeamento participativo é um conceito mais abrangente dentro do qual se insere a ideia de cartografia social.

A elaboração de mapas de cunho participativo começou a ganhar maior destaque no campo da cartografia e da gestão territorial por volta da década de 1980. Nesse contexto, profissionais passaram a adotar métodos de Avaliação Rural Participativa (ARP) em substituição ao mapeamento tradicional, que, em certas situações, se mostrava excessivamente complexo e demorado. Dessa forma, priorizou-se o conhecimento e as dinâmicas locais, facilitando a comunicação entre os habitantes das áreas mapeadas, pesquisadores e agentes governamentais (Rambaldi e Kyem, 2011).

O *International Fund for Agricultural Development* (IFAD) estabelece critérios específicos para reconhecer e implementar mapas participativos (ou comunitários), que podem ser resumidos da seguinte maneira (IFAD, 2009, p. 7, tradução nossa):

- (a) **Mapeamento participativo como processo de produção:** Os mapas são elaborados com um objetivo comum e uma estratégia bem definida para sua utilização. Sua construção ocorre em um ambiente aberto e inclusivo, assegurando a participação de toda a comunidade. A colaboração coletiva é fundamental para que o resultado final reflita as experiências e os saberes do grupo.
- (b) **Mapeamento participativo como produto que expressa a agenda comunitária:** Os mapas comunitários representam informações relevantes sobre necessidades e usos do território. Servem como um registro visual do que é essencial para a vida dos membros da comunidade.
- (c) **Mapeamento participativo baseado no conteúdo local:** Inclui nomes de lugares, símbolos, escalas e elementos prioritários, incorporando o conhecimento tradicional da comunidade retratada.
- (d) **Mapeamento participativo independente de convenções cartográficas formais:** Sua produção não exige tecnologias geoespaciais sofisticadas - podendo variar desde desenhos na areia até Sistemas de Informação Geográfica (SIG). O objetivo não é seguir padrões técnicos, mas sim assegurar que sejam ferramentas eficazes para comunicação e transmissão de informações.

A partir dessas definições, é possível levantar algumas reflexões pertinentes sobre:

Participação comunitária: O IFAD enfatiza a inclusão de todos os membros da comunidade. No entanto, considerando as dinâmicas sociais e possíveis conflitos internos, seria essa participação plenamente viável? Tais fatores poderiam comprometer a construção de um mapa verdadeiramente participativo?

Finalidade do mapa: Esse tipo de mapeamento serve apenas para registrar usos e necessidades imediatas, ou também poderia incorporar projetos futuros e aspirações da comunidade?

Saberes locais e globais: O conhecimento dos participantes está frequentemente entrelaçado com noções mais amplas, ditas "globais". Como equilibrar essa relação sem descaracterizar a perspectiva local?

Essas questões reforçam a complexidade e a relevância do mapeamento participativo como ferramenta de empoderamento comunitário e gestão territorial. Tais

observações podem ser facilmente constatadas na área de pesquisa, onde a comunidade ainda não está integrada enquanto um coletivo, refletindo justamente na adesão das atividades desenvolvidas. Finalmente, esses sujeitos almejam algumas concretizações (projetos/sonhos) para a sua localidade: água tratada, serviços educacionais e de saúde, além de um empreendimento próprio para melhoria do rendimento financeiro.

Em se tratando de mapeamento participativo Araújo; Anjos; Filho, 2017, entendem o conceito como uma abordagem interativa que é baseada nos conhecimentos das populações locais, permitindo aos sujeitos desse processo a criação de mapas com os elementos mais significativos para esta população. Sendo assim, são os atores – comunidades que irão dar vida às representações gráficas com seus saberes particulares.

A metodologia de mapeamento participativo engloba uma variedade de técnicas para a criação de produtos cartográficos, dando ênfase principalmente, nas vivências dos grupos participantes. Inicialmente, essas atividades podem começar de maneiras mais básicas, como desenhos no chão, e progredir para análises digitais que utilizam modelagens tridimensionais e sistemas de GPS (Araújo; Anjos; Filho, 2017). Esses autores também ressaltam a possibilidade de empregar outros métodos no mapeamento participativo. “Reuniões, debates e capacitações são exemplos de métodos incorporados que auxiliam a integração entre geógrafo e comunidade” (Ibid. 2017, p. 132).

Andrade e Carneiro (2009), apontam que este tipo de mapeamento é considerado um instrumento para a compreensão sobre como as comunidades utilizam o espaço. Esse processo de elaboração de documentos cartográficos tem encorajado os habitantes a desenharem e modelar seu território e recursos, decidindo o que incluir, o que apagar e como modificar detalhes. E segundo estes autores, as informações espaciais podem ser traduzidas na forma de um croqui, por modelos físicos do terreno (maquetes) ou mapas topográficos.

Ainda de acordo com Andrade e Carneiro (2009), o material empregado no mapeamento participativo em comunidades tradicionais pode variar desde simples mapas desenhados no chão até tecnologias avançadas como GPS e Sistemas de Informações Geográficas (SIG), frequentemente com o auxílio de organizações não governamentais (ONGs) ou instituições universitárias.

As tecnologias da geoinformação podem ajudar a demonstrar uma ligação próxima e contínua entre a comunidade e sua terra, ilustrando as dimensões residenciais, espirituais, econômicas e de relação homem-terra, como sua história, taxonomias culturais de flora e fauna e outros

fenômenos e processos naturais, nomes de lugares, mitos e lendas, entre outros aspectos (Andrade e Carneiro, 2009, p. 413).

Coli (2012), corrobora afirmando que o advento de novas tecnologias informacionais nos últimos anos, proporcionou a disseminação de iniciativas de cartografia social e mapeamento participativo em diversas partes do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. E as instituições públicas, privadas ou até mesmo ONGs têm um papel fundamental na produção de mapas para subsidiar a demarcação de terras, uso de recursos naturais e reivindicações territoriais.

O autor salienta que para ampliação dessas práticas cartográficas é importante o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que estão articulados com tecnologias de sensoriamento remoto, GPS, dentre outros recursos disponíveis na internet. Estes mapas segundo o mesmo cumprem um papel importante:

A aplicação destas tecnologias em iniciativas cartográficas que se propõem participativas se apresenta sob variadas motivações, sendo possível observar que, em determinados contextos, os mapas produzidos tornam-se um elemento, dentre outros, capaz de instrumentalizar disputas políticas de populações que buscam sua afirmação territorial (Coli, 2012, p. 93).

Coli assinala que a utilização e a capacidade de apropriação por parte de populações subalternas dos SIG e das tecnologias associadas para seus próprios objetivos, por vezes se confronta com as relações de poder e dominação que envolvem interesses de determinados grupos, instituições, países e corporações de *software*. Andrade e Carneiro, também alertam que “os impactos da geração e utilização da informação espacial devem ser analisados num contexto mais amplo, pela forma como as comunidades participantes estão inseridas em termos das tecnologias informacionais” (2009, p. 414).

A preocupação destes autores se dá pelo fato de o mapeamento participativo difundir novos valores. Em outras palavras, grupos hegemônicos se utilizam deste instrumento para gerenciamento de recursos, enquanto, comunidades se valem do mesmo para reforma dos direitos territoriais ou o acesso a este. “Em grupos indígenas e em pequenas comunidades rurais, estes novos valores podem afetar dramaticamente as organizações sociais e a dinâmica local de força e prestígio” (Andrade e Carneiro, 2009, p. 414).

Como exemplo de difusão de novos valores, cita-se o caso ocorrido no México, onde o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) teve um impacto significativo nas mudanças ocorridas no país. Especialmente no setor agrícola e

territorial, influenciando também as iniciativas de mapeamento participativo. Tais mudanças foram: privatização e desregulamentação, liberação agrícola e a introdução de culturas geneticamente modificadas. Frente a essas mudanças desencadeadas, iniciativas de mapeamento participativo, como o projeto México Indígena, surgiram para documentar os impactos dessas transformações (Coli, 2012). O mapeamento participativo pode ser uma ferramenta para as comunidades monitorarem e reivindicarem seus direitos territoriais.

Por isso se faz necessário que durante o processo de produção dos mapas a população crie sua própria simbologia dos elementos que lhes são importantes e que estão presentes no território. “Isso é necessário para que a pessoa sinta-se participante em todas as etapas de produção da cartografia local” (Araújo; Anjos; Filho, 2017, p. 133). A contribuição da comunidade é imprescindível, pois traz à tona os problemas existentes e auxilia na tomada de decisões que elas enfrentam.

Tomaz (2020) ressalta a articulação que o mapeamento participativo promove no meio em que é aplicado, podendo ser utilizado no levantamento e resolução de diversas questões sociais e ambientais. Para o autor, essa articulação se dá “[...] levantando questões do ponto de vista da população mapeada sobre o lugar, assegurando assim, a visibilidade dessas pessoas e a construção de cenários ambientais melhores” (Tomaz, 2020, p. 4). O ponto-chave desta metodologia é gerar a partir destas práticas, condições para que a comunidade possa construir uma geofricidade de sua paisagem e buscar autonomia frente às transformações ocorridas.

E para que o mapeamento ocorra “é imprescindível que se estabeleça um contato prévio e que se construa uma relação de confiança entre as pessoas da comunidade e o pesquisador” (Tomaz, 2020, p. 6). A autora complementa que a inserção do governo nas etapas iniciais à produção dos mapas pode gerar animosidades e desconfianças tanto em relação ao mapeado quanto ao Estado, bem como na relação de confiança entre o pesquisado e o pesquisador (Tomaz, 2020).

1.3.1 Mapas Mentais como representação da Paisagem

Com base no entendimento de mapeamento participativo aqui discutido, ou seja, ênfase nos conhecimentos particulares e coletivo dos comunitários para a elaboração de mapas que representem suas perspectivas e representações. E ênfase no empoderamento social da comunidade na busca por soluções de suas demandas territoriais. Nessa

construção recorre-se num primeiro momento aos mapas mentais como técnica de visualização geral do entendimento de cada indivíduo.

São muitas as técnicas de mapeamento participativo que podem ser aplicadas de acordo com o público-alvo e os recursos disponíveis. Em um primeiro momento, normalmente são feitos os mapas falados/mentais. O mapa mental tem no diálogo a principal forma de explorar o conhecimento das pessoas sobre o espaço geográfico e sua organização (Tomaz, 2020, p. 6).

Destarte, interpretar as representações dos que participam do processo ou que estão inseridas dentro do objeto de estudo, se faz de suma importância, podendo visualizar fenômenos que poderiam passar despercebidos pelos olhares daqueles que são de fora. Afinal, quem poderia apresentar a paisagem melhor do que quem está inserido nela? Entender seus pontos frágeis e potenciais, perpassa pelo entendimento de como os sujeitos representam e querem que a área seja representada.

Os mapas mentais dão possibilidade do seu autor incluir elementos subjetivos que, na maioria das vezes, não estão presentes nos mapas tradicionais. Essa característica torna mais rica esta representação de próprio punho, por incluir contextos que podem ampliar a compreensão do espaço (Richter, 2010, p. 116).

Nogueira (2006), realizou um estudo sobre o conhecimento que os comandantes de embarcações de Careiro de Várzea no Amazonas, possuem sobre as rotas e como se orientam precisamente a partir da experiência adquirida com o espaço. Para melhor compreensão, utilizou como hipótese o saber que é organizado mentalmente por eles, tomando forma de Mapas Mentais, perfeitas representações de toda a região percorrida. A autora menciona que embora os comandantes saibam que existem instrumentos técnicos precisos durante o deslocamento, eles preferem confiar/lidar com quem é do rio, percebendo as mudanças conforme cada movimento das águas (enchente-vazante).

Os práticos possuem informações que são atualizadas a cada vez que novas paisagens surgem. Localizam facilmente uma nova ilha que se forma na dinâmica de subida e descida do rio. Sabem localizar os barrancos que são encobertos pelas águas nas cheias e constituem obstáculos perigosos, assim como os bancos de areia que se formam no meio dos grandes rios (Nogueira, 2006, p. 95).

Por conseguinte, Nogueira em sua pesquisa, procurou os comandantes para que demonstrassem no papel o desenho que organizam mentalmente da região que por eles é habitada e por onde eles navegam. Lembrando sempre, que a experiência de vida desses comandantes foi considerada por ela como fonte primária de toda sua busca. “Estamos certos de que eles, por fazerem desta atividade sua fonte de existência, podem traçar,

relatar e demonstrar uma outra forma de perceber, representar e apreender o mundo” (Nogueira, 2006, p. 96).

Estas formas de representar o espaço e/ou a paisagem, permite aos grupos tradicionais exporem seus limites, recursos, objetos de valor organizacional, questões pertinentes a manutenções necessárias a se fazer, entre outros. Pesquisadores e organizações auxiliam estas pessoas no desenvolvimento dessas caracterizações, com o intuito de ajudá-los na busca e defesa de seus direitos.

Mapas analógicos ou mapas mentais têm sido utilizados por povos tradicionais para a definição dos limites de suas casas. Especialistas da área social têm utilizado tecnologias da geoinformação para ajudar comunidades indígenas ou outras comunidades tradicionais e defender seus direitos (Andrade e Carneiro, 2009, p. 413).

No que tange aos conceitos e representações espaciais na Amazônia, podemos destacar essas diferentes formas que os sujeitos exprimem seus pensamentos espaciais. Por exemplo, os ribeirinhos devido à interação direta com as paisagens de várzeas nesta região sabem bem onde deve ser a disposição de suas casas, período/horário de cheia dos rios ou caminhos por onde devem andar. Cosgrove (1989, p. 229), salienta que “muitas vezes, são as crianças, menos aculturadas em significados convencionais, que podem ser o melhor estímulo para recuperar os significados codificados na paisagem”.

Possibilitar às pessoas a construção de mapas a partir das representações mentais de suas paisagens, estimula a criação de outras vias cartográficas para além das produções mais clássicas e consagradas. Não que estas não sejam importantes, mas aquelas envolvem a comunidade e o pesquisador num processo de ampliação mútua de conhecimentos e de raciocínios geográficos.

[...] a produção individual e de próprio punho, que abarca inúmeras perspectivas de construção cartográfica, como ocorre nos mapas mentais, conduz a uma concepção dialética da Cartografia e colabora para desenvolver e ampliar o raciocínio geográfico (Richter, 2010, p. 28).

Para tanto, se faz de suma importância que os amazônidas desenvolvam as representações sociais como forma de expressar sua cultura e conhecimento, numa sociedade que estigmatiza os saberes locais.

Em síntese, podemos afirmar que os estudos sobre as representações sociais, buscam compreender como o indivíduo ou a coletividade interpreta a realidade de uma sociedade, expressando o conhecimento que cada pessoa ou grupo detém sobre um determinado tema. Buscam, portanto, caracterizar as relações que cada indivíduo estabelece com o seu meio social (Rocha e Amoras, 2006, p. 149).

Para realização de tal prática, (Tomaz, 2020) discute que normalmente eles são realizados no chão ou em uma mesa, com o apoio de objetos que estejam à mão como post-its, rochas e barbantes, indicando as referências que lhe são importantes. Geralmente são apontadas as suas moradias, espaços de trabalho, lazer e equipamentos públicos.

A necessidade de valorizarmos esse tipo de representação do mapa, mais flexível e mais integrado ao processo de mudanças que ocorrem na sociedade, se justifica pelo fato de que esta concepção nos permite formar indivíduos capazes de compreender o mapa para além do processo de cópia. A ideia é tornarmos o mapa num meio de linguagem que contribua na expressão e interpretação do cotidiano (Richter, 2010, p. 116-117).

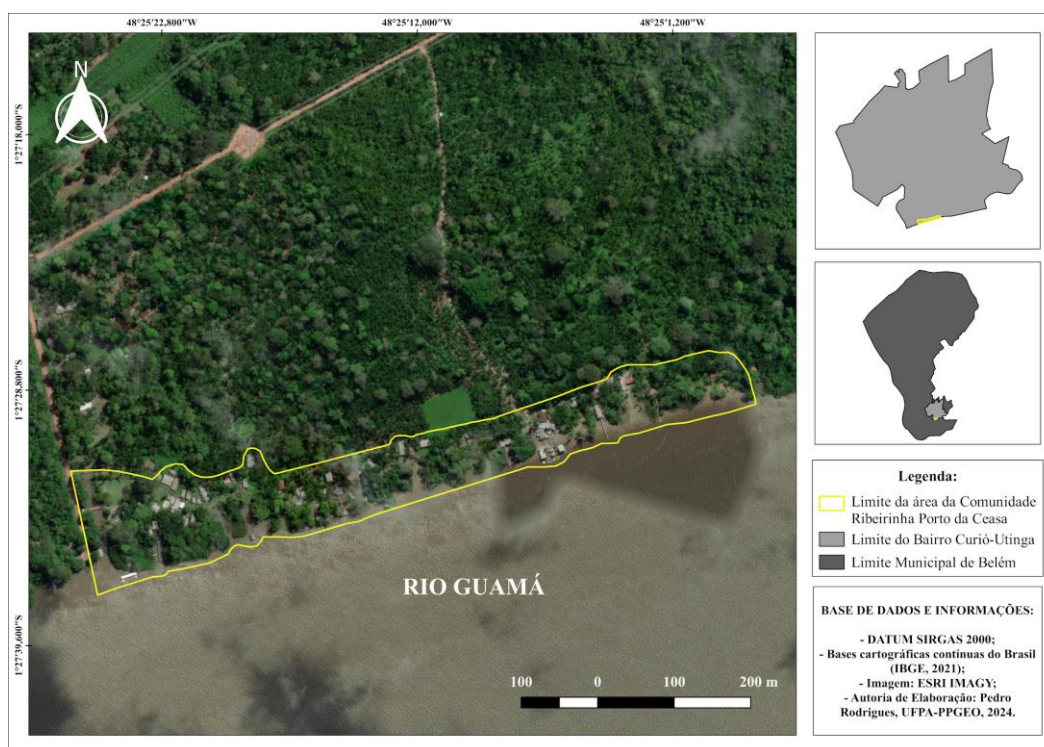
Em síntese fazer um mapa mais prático e que a sociedade possa compreendê-lo se faz necessário, para a decodificação dos indivíduos. Fazendo com que eles interpretem esta representação com outros olhos, ou seja, fazendo sentido para sua vida. Durante o desenvolvimento desse estudo, foi elaborado junto aos ribeirinhos, dois mapas mentais expressão de suas experiências de vida, visões de mundo, percepções cotidianas e perspectivas. Culminando posteriormente no mapa colaborativo.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

2.1 Apresentação da área de estudo

A comunidade Porto da Ceasa, situada no bairro Curió-Utinga em Belém/PA (Figura 1), desfruta de uma posição geográfica privilegiada à margem direita do Rio Guamá e ao mesmo tempo, próximo ao centro urbano de Belém. Porém, sofre com a omissão do poder público em questões essenciais. Localizada em uma área de várzea, a população convive com os desafios das variações sazonais, exigindo constante adaptação às dinâmicas naturais e antrópicas da região.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2024.

O acesso à comunidade se dá de duas formas, a primeira por meio de uma estrada de terra chamada “Estrada da Fazenda Velha”, e a segunda, pelas vias fluviais. Alguns moradores possuem embarcação própria, facilitando assim seu deslocamento. As práticas desenvolvidas no Porto da Ceasa, baseiam-se na atividade extrativista e os principais produtos extraídos são o açaí e o cacau.

Segundo dados do Programa Comunidade Escola (2025), a área de estudo possui uma população de 186 ribeirinhos. Pesquisas de campo e entrevistas realizadas revelam que parte significativa dos residentes vive no local entre quatro a cinco décadas, com destaque para matriarcas que exercem importante liderança comunitária e familiar. É relevante destacar que, embora as mulheres assumam predominantemente os afazeres

domésticos, tal função não as marginaliza socialmente - pelo contrário, elas desempenham papel fundamental na preservação do tecido social e das tradições culturais da comunidade.

O surgimento desta localidade conhecida até então como Icatuzinho, remete a década de 1960, a comunidade nasce com o estabelecimento do casal Maria Petrolina, também conhecida como Dona Biloca, e seu marido Galdêncio. O casal fundador trabalhava na carvoaria do Instituto Agrônomo do Norte (IAN)², e residiam nas imediações da estrada que dá acesso à margem direita do rio Guamá.

Devido a um acidente com Galdêncio, a família recebeu uma autorização da direção do IAN para fixar moradia no local, “riscar” os seringais, coletar cacau e açaí, e pescar camarões e peixes (para subsistência).

Esses primeiros habitantes do Icatuzinho passaram a explorar os abundantes recursos naturais disponíveis na área. Na época, a extração do látex da seringa era a principal atividade econômica dos ribeirinhos do Guamá, seguida da coleta do açaí e do cacau. A pesca de camarões e peixes também era exercida, porém, como atividade voltada unicamente para a subsistência. Com o crescimento da família, agora com filhos e netos do casal pioneiro, surgiu a necessidade de construir novas casas, na localidade, surgindo assim, o núcleo familiar do igarapé Catu – Icatuzinho (Lisboa, 2009, p. 36).

Um ponto que merece destaque é a autorização de uso da terra concedida pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU/PA), um instrumento fundamental para os moradores desenvolverem atividades extrativistas na área ocupada. Esse documento representa não apenas a permissão legal para utilizar o espaço, mas também reconhece e legitima a relação da comunidade com o ambiente ao seu redor.



[...]Ao considerar, dentre outros aspectos, a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzeas situadas no âmbito da Região Amazônica, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais [...]. A autorização de uso para atividades extrativistas, a ser cumprida de acordo com autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente, que passa a fazer parte integrante deste documento, com referência a uma área localizada no rio Guamá - ilha Icatuzinho, município de Belém (SPU, 2009).

Com essa autorização (figura 2), os moradores têm a segurança necessária para explorar os recursos naturais de forma sustentável, promovendo o desenvolvimento econômico local enquanto se estabelecem como ribeirinhos, desenvolvendo um vínculo não somente com a terra, mas também, com o rio que percorre a área. Criando e

² Instituição de pesquisa criada por Getúlio Vargas na década de 30.


(re)criando interações com o meio, assim como, perpetuando costumes e saberes culturais pré-existentis.


Figura 2 – Termo de autorização de uso feito pelo SPU.

 <p>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ</p>	 <p>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 33134 / 2010</p>
---	---

A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará – SPU/PA, por delegação de competência concedida a seu Superintendente pela Senhora Secretária do Patrimônio da União, através da Portaria nº 173/SPU, de 31/08/2009 e nos termos da Portaria nº 100/SPU, datada de 03/06/2009 - ao considerar, dentre outros aspectos, a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzeas situadas no âmbito da Região Amazônica, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais e que o aproveitamento racional desses recursos possibilitará, sem dúvida alguma, compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso sócio-econômico da região e, ainda, que se toma indispensável a descentralização do poder decisório em casos de regularização fundiária de áreas dessa natureza, que venha possibilitar um mais eficiente e dinâmico fluxo processual, vem, a requerimento protocolado junto a esta Superintendência, sob o nº 04957.004483/2010-53 e considerando tudo o que consta dos autos, **CONCEDER** a CECILIA SANDRA SANTOS FERREIRA, nacionalidade: BRASILEIRA, CASADA, profissão: AGROEXTRATIVISTA, RG nº 4395302-SSP/PA e CPF nº 822.657.472-20 a **AUTORIZAÇÃO DE USO PARA ATIVIDADES EXTRATIVISTAS**, a ser cumprida de acordo com autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente, que passa a fazer parte integrante deste documento, com referência a uma área localizada no RIO GUAMA - ILHA ICATUZINHO, Município de BELEM, neste Estado, circunscrita a um raio de 500m a partir do ponto geodésico, definido como Latitude (S) 01°27'55,3" e Longitude (W) 48°25'25,1" estabelecido no local da moradia do autorizado/beneficiário, alcançando a delimitação de 33 m presumível dos terrenos de marinha, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local.

A presente autorização não confere ao autorizado/beneficiário qualquer direito possessório ou dominial sobre a área em questão, porque concedida por mera liberalidade e em caráter excepcional, transitório e precário, e cujos direitos de detenção dela decorrentes, por sua natureza personalíssima, não poderão ser transferidos a terceiros, em hipótese alguma, sob pena de imediato cancelamento por simples notificação ao autorizado, e poderá também, ser cancelada da mesma forma, se desvirtuado o objetivo nela estipulado.





Belém/PA, 03/Setembro/2010.

Declaro estar ciente dos termos da presente Autorização de Uso da área nela referenciada, me comprometendo a cumprir todos os ditames estabelecidos pela mesma, assim como, me responsabilizando por qualquer dano físico ou ambiental promovido sobre a área, em descumprimento a autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente que é parte integrante deste Termo.

Lélio Costa da Silva
LÉLIO COSTA DA SILVA
Superintendente da SPU/PA

Em 10/09 / 2010

Cecilia Sandra Santos Ferreira
Beneficiário/autorizado

A comunidade só passou a ser conhecida como Porto da Ceasa em meados da década de 1980, após a instalação de energia elétrica em sua região. Essa mudança de nome, conforme registrado por Lisboa (2009), está diretamente associada a esse marco infraestrutural da localidade.

Segundo Forline e Furtado (2002), o termo "populações tradicionais" é associado à ideia de uma tecnologia simples, na qual os métodos e comportamentos comunitários são valorizados acima das estruturas sociais mais modernas. Conforme essas populações selecionam substitutos para suas tradições, a modernidade gradualmente substitui as tendências tradicionais. A paisagem estudada, conforme ilustrado na (figura 3), apresenta ainda hoje algumas tradições de uma comunidade dita ribeirinha, onde o extrativismo, a pesca e locomoção via rio ainda estão presentes no cotidiano destas famílias.

Figura 3 – Porto da Ceasa em período de Cheia do Rio Guamá.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2023.

Cosgrove (1989), enfatiza que é difícil articularmos o significado de nossas atividades. Entretanto, podemos entender que tais práticas dos sujeitos ribeirinhos, como “apanhar” o açaí, se deslocar em pequenas embarcações, reuniões no final da tarde, ou ainda, tomar banho no rio, remetem a perpetuação de uma cultura. Sem tais hábitos, essas expressões culturais desapareceriam da paisagem. Daí a importância do estímulo às práticas tradicionais que são desempenhadas rotineiramente por esses indivíduos.

Até “por volta da década de 50 do século XX, a região de várzea onde hoje se localiza a comunidade Porto da Ceasa não era habitada, mas era conhecida por ter expressivas quantidades de pés de açaí e cacau nativos, espontâneos e cultivados” (Lisboa, 2009, p. 35). E essa é de certo modo uma das potencialidades para quem reside nas várzeas, já que desempenha um papel econômico e de subsistência para as famílias.

A (Figura 4) ilustra esses dois produtos da várzea citados por Lisboa (2009), os quais são abundantemente extraídos para consumo da comunidade e venda.

Figura 4 – Principais produtos extraídos da área.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2024.

Entretanto, conforme apontado anteriormente, o ambiente local apresenta fragilidades que precisam adquirir maior notoriedade por parte do poder público e assim garantir uma certa mitigação das problemáticas que acabam por atingir as famílias. Dentre os quais podemos listar; infraestrutura precária para mobilidade dos residentes, acesso limitado à transporte, saúde e educação e carência de saneamento básico. A (figura 5) demonstra a realidade vivenciada pelos comunitários (abastecimento de água precário e ineficiente, lançamento de águas residuais diretamente no solo e a queima de resíduos sólidos).

Figura 5 - Fragilidades inerentes ao saneamento básico local.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2023.

Objetivando obter soluções para a área pesquisada, é necessário se valer dos propósitos do mapeamento participativo: participação comunitária aberta e inclusiva, mostrar as informações relevantes e suas necessidades, caracterizar suas simbologias e transmitir informação/comunicação com os órgãos competentes com o devido respaldo.

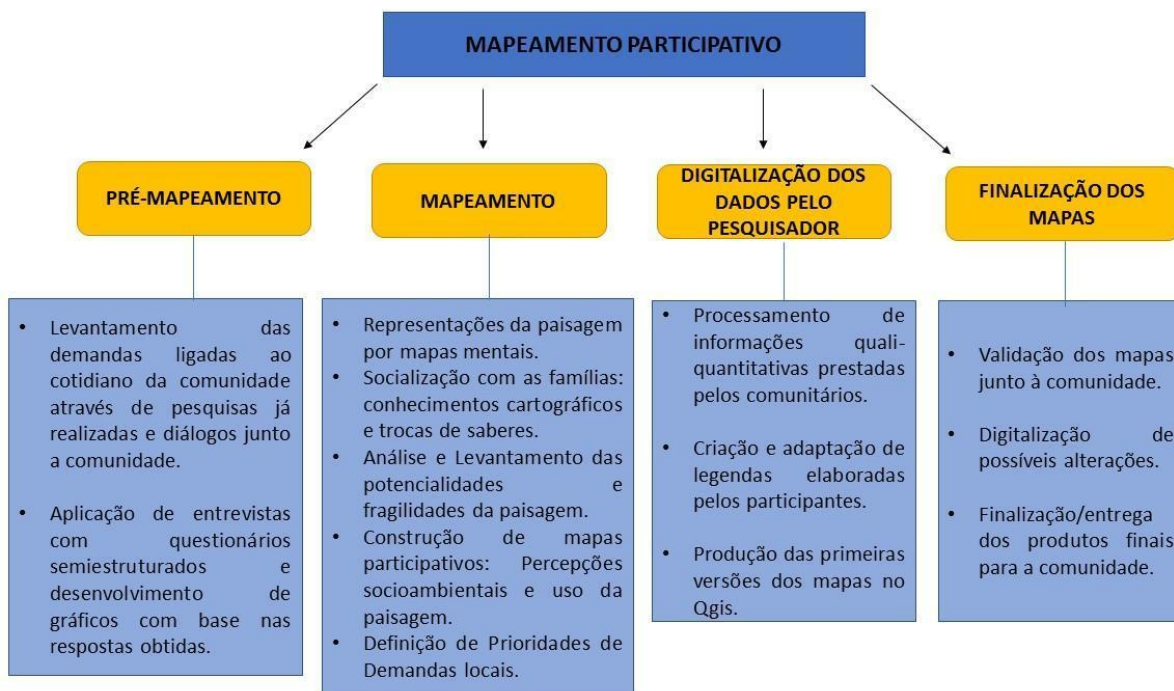
2.2 Mapeamento Participativo na Comunidade Porto da Ceasa: Integrando Saberes Locais e Técnicas Cartográficas para o Desenvolvimento Territorial

O presente tópico tem como objetivo apresentar as estratégias metodológicas adotadas para a realização do mapeamento participativo, bem como, alguns de seus resultados iniciais. A abordagem foi planejada para assegurar a integração entre o conhecimento local e o técnico-científico, garantindo que os mapas produzidos reflitam tanto as percepções da comunidade quanto os critérios cartográficos necessários.

A seguir, detalha-se o processo metodológico, organizado em etapas sequenciais que abrangem desde o planejamento inicial até a finalização dos produtos cartográficos. A (Figura 6) sintetiza o processo através de um fluxograma. Conforme será detalhado nos tópicos subsequentes, o processo foi estruturado em quatro fases principais: (1) Pré-Mapeamento – Preparação e articulação com a comunidade, definição de objetivos e planejamento das atividades; (2) Mapeamento – Realização de oficinas participativas para coleta de dados espaciais e registro do conhecimento local; (3) Digitalização dos Dados pelo Pesquisador – Sistematização e tratamento das informações coletadas, com auxílio de ferramentas geoespaciais; e (4) Finalização dos Mapas – Elaboração dos produtos cartográficos finais, integrando os saberes locais e a precisão técnica.

Cada uma dessas etapas será detalhada a seguir, com ênfase nas técnicas e procedimentos empregados para a representação adequada das informações no mapa final. Essa abordagem metodológica buscou não apenas a produção de um instrumento cartográfico, mas também o fortalecimento da participação comunitária e a valorização de seus conhecimentos sócio-territoriais.

Figura 6 - Processo metodológico do Mapeamento Participativo.



Fonte: Adaptado de Gorayeb *et al.* (2011).

2.2.1 Pré-mapeamento

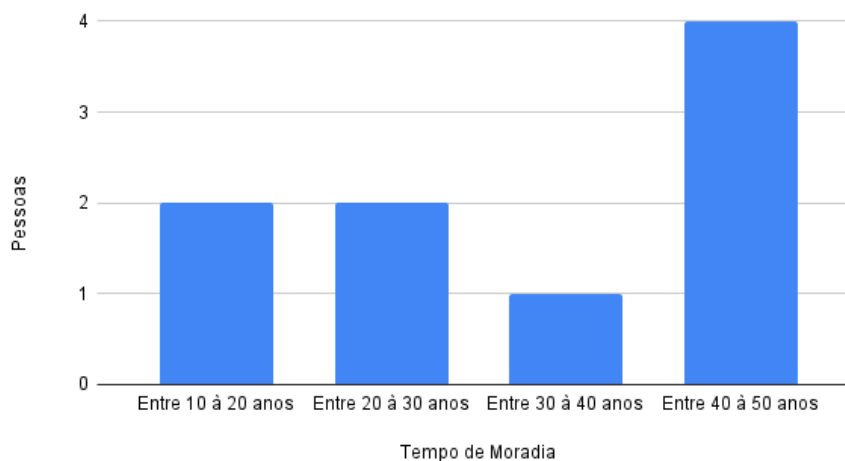
Nesta etapa inicial, é realizado um levantamento das demandas da comunidade, focando no cotidiano e nas necessidades expressas por seus membros. Este levantamento é feito por meio de pesquisas prévias e diálogos diretos com a comunidade, o que permite entender melhor suas expectativas e desafios. Para isso, são aplicados questionários semiestruturados, que proporcionam uma compreensão mais profunda das questões locais. Os dados coletados foram então organizados e analisados, utilizando o auxílio de gráficos que ilustram as respostas e ajudam a identificar padrões e prioridades.

As conclusões obtidas a partir de conversas com os comunitários, gráficos elaborados e pesquisa bibliográfica são fundamentais para o desenvolvimento do mapeamento participativo. Esses elementos garantem que o mapeamento reflita as reais necessidades e percepções dos membros da comunidade, proporcionando uma visão mais precisa e inclusiva da paisagem. Os diálogos permitem a coleta de informações valiosas diretamente das pessoas afetadas, enquanto os gráficos oferecem uma representação visual clara e acessível dos dados coletados.

No processo de pré-mapeamento foi realizada uma ida à campo no dia 29 de fevereiro de 2024, a fim de se obter mais esclarecimentos sobre a área de estudo, de modo que se fez oportuno estudar previamente sobre o local, bem como o diálogo junto à comunidade. Garantindo informações mais seguras e reais de suas demandas, e como

estratégia de coleta de dados, utilizou-se de questionários³ semiestruturados e posteriormente a construção de gráficos baseados nos apontamentos levantados pelos comunitários. **1º pergunta** - A quanto tempo você reside neste local?

Gráfico 1 - Tempo de moradia no Porto da Ceasa.

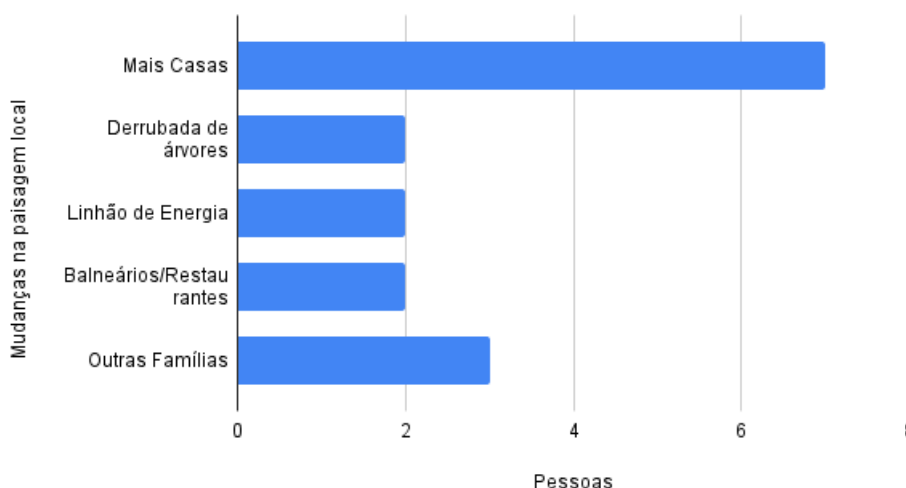


Fonte: Levantamento prévio, 2024.

Nota-se a partir das informações prestadas, que das pessoas entrevistadas quatro delas residem entre 40 e 50 anos na área, demonstrando e comprovando que a ocupação da comunidade se deu por volta da década de 1960 e que posteriormente foi se ampliando entre os familiares. E com esses períodos de moradia, é possível observar e descrever as transformações ocorridas na paisagem ao longo dos anos. **2º pergunta** - Durante esse período que você reside aqui, você consegue notar/expressar alguma mudança na paisagem local?

Gráfico 2 - Mudanças na paisagem descritas pelos comunitários.

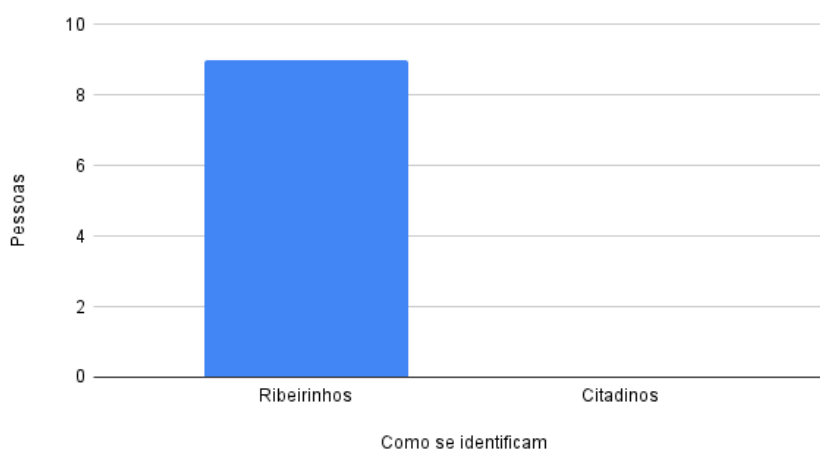
³ Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. Verificar em: GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.



Fonte: Levantamento prévio, 2024.

Nas representações observadas ao longo do tempo, os comunitários notaram o aparecimento de mais casas (sete respostas), derrubada de árvores, linhão de energia e balneários/restaurantes (duas respostas cada) e por conseguinte, com três respostas, aparece o surgimento de outras famílias. Ainda que de maneira um pouco superficial, os residentes conseguiram pontuar alguns tópicos pertinentes nesse processo de transformação paisagística. **3º pergunta** - você se considera ribeirinho ou morador da cidade?

Gráfico 3 - Como os moradores se denominam dentro do processo de ocupação.

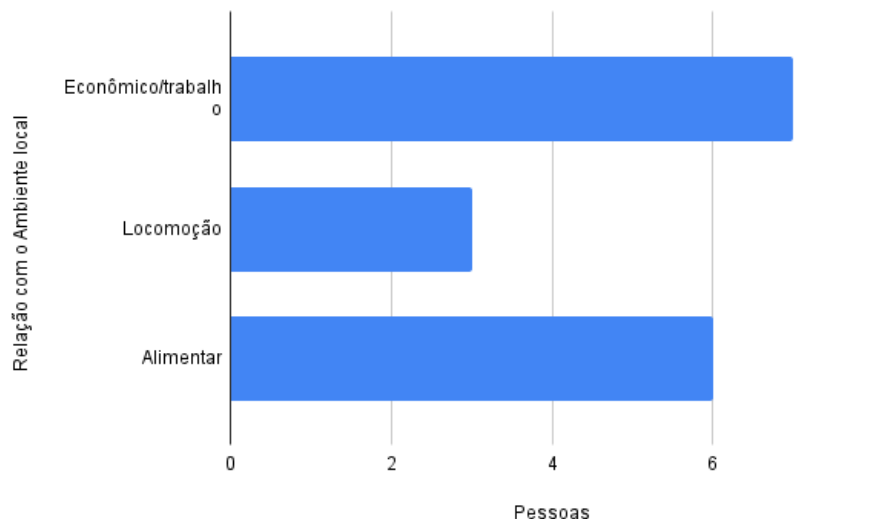


Fonte: Levantamento prévio, 2024.

Com base nas conversas realizadas e também na aplicação dos questionários, todos(as) que foram entrevistados(as) se reconhecem como ribeirinho (9 respostas), isso reflete de certa forma nas práticas de extrativismo ainda presentes na comunidade, modos

de vida, meios de transporte, etc. Mas a discussão dessas possibilidades se faz no gráfico seguinte.

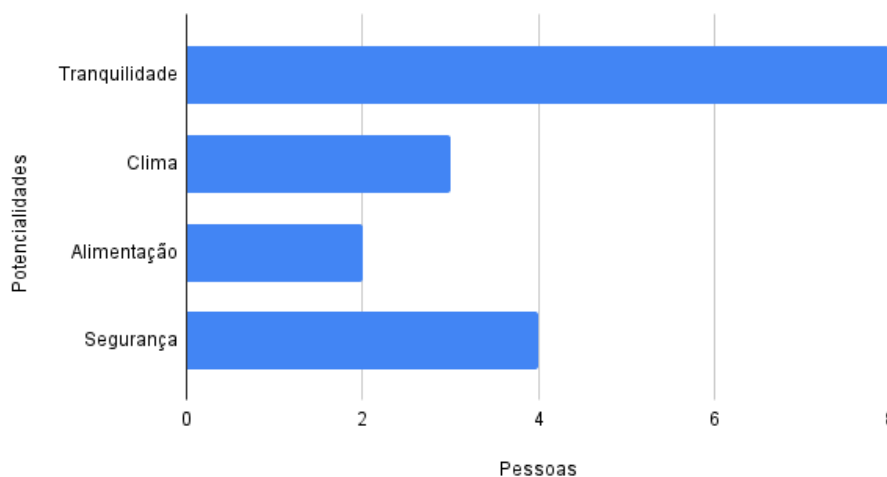
Gráfico 4 - Relação estabelecida com o ambiente natural.



Fonte: Levantamento prévio, 2024.

A interação entre sujeito e a paisagem se dá de maneira diversificada, ficando explícito a utilização/uso da paisagem para fins econômicos/trabalho (sete respostas), onde essas pessoas utilizam os produtos extraídos para comercialização. Outra forma de uso diz respeito ao meio de transporte/locomoção (três respostas), as embarcações de pequeno porte ainda se fazem presentes na localidade e a outra forma de utilização se dá para fins alimentares (seis respostas), estas pessoas consomem açaí e peixe em seu cotidiano. **5º indagação** - Com base no seu convívio com o ambiente, diga duas potencialidades (pontos positivos) e duas fragilidades (pontos a se melhorar).

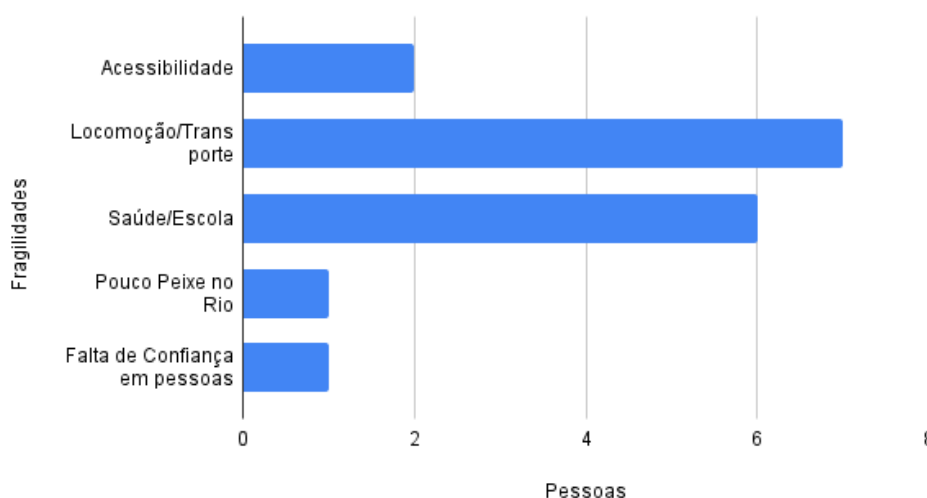
Gráfico 5 - Potencialidades levantadas pelos entrevistados.



Fonte: Levantamento prévio, 2024.

Apesar das problemáticas, os moradores ali existentes ainda permanecem com o respeito pela natureza, pelas pessoas que ali residem, pela transformação da paisagem e pelo seu espaço. Ao perguntar aos moradores se eles tinham vontade de sair do local de moradia, a resposta era sempre a mesma: não, por conta de se sentirem seguros entre si (tranquilidade), pelo silêncio que ali existe, pela natureza que os cercam (temperatura amena) e pelo modo de vida tipicamente amazônica.

Gráfico 6 - Fragilidades pontuadas na comunidade Porto da Ceasa.



Fonte: Levantamento prévio, 2024.

No referido gráfico 6, observa-se o desleixo do poder público para com a comunidade, onde as principais demandas ressaltadas por eles estão relacionadas a locomoção/transporte (sete respostas) e a dificuldade ao acesso à saúde/escola (seis respostas). No qual estes precisam percorrer longas distâncias na busca por esses atendimentos, além de questões relacionadas à acessibilidade - estiva/ponte. Essas condicionantes acabam sendo um impedimento para a melhoria na qualidade de vida dos moradores.

2.2.2 Mapeamento

Com base nas informações coletadas na etapa anterior, a comunidade participa ativamente da representação da paisagem local, utilizando mapas mentais que refletem suas percepções e conhecimentos. Essa socialização envolve as famílias e crianças, permitindo a troca de saberes e o compartilhamento de saberes locais e tradicionais. Durante essa fase, é realizada uma análise detalhada das potencialidades e fragilidades da paisagem, com a construção de mapas que representam as percepções socioambientais e

os seus usos. Esta etapa culmina na definição das prioridades de demandas locais, que orientarão os passos subsequentes do processo.

Neste ponto metodológico - mapeamento, no dia 16 de abril de 2024 foi promovida outra visita até a comunidade (figura 7), agora com o intuito de compreender as representações sobre a paisagem que eles detêm, e estas representações foram expressas em forma de mapas mentais. Para Carvalho, Santos e Herrera (2020), os mapas mentais são uma ferramenta capaz de extrair do sujeito, através do desenho, percepções importantes do mundo vivido.

Figura 7 - Realização de mapas mentais por parte das crianças.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2024

O desenvolvimento desses desenhos da paisagem foi construído por crianças entre 6 e 11 anos de idade, devido à dificuldade de espaço apropriado para realização dessa oficina, a produção se deu no pátio de uma residência de um dos moradores. Para construção desses mapas mentais, as crianças foram orientadas a ilustrarem como eles enxergavam/compreendiam a paisagem a qual elas estavam inseridas. Foi disponibilizado folhas A4 e pincéis/lápis de cor para produção.

Ainda nessa etapa de mapeamento, foi realizado outro convite à comunidade para compartilhamento de saberes sobre a área e seus elementos, bem como trocas desses respectivos conhecimentos (figura 8), sendo primordial para a construção dos mapas participativos. Tornando possível um debate reflexivo sobre as particularidades existentes no local, apoiado nesses esclarecimentos é possível construir em conjunto os produtos esperados.

Figura 8 - Produção de mapa mental a partir das mulheres residentes na comunidade.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2025.

No dia 31 de janeiro de 2025, foi realizada uma terceira ida ao local, agora com o intuito de desenvolver uma representação mental a partir do imaginário dos adultos. Devido às circunstâncias de horário e por questões de interesses pessoais em prol do coletivo, tivemos pouca adesão na atividade em questão, comparecendo apenas três mulheres que são mais engajadas. Porém, o desenvolvimento foi substancial, sendo revelado diversos aspectos e simbologias que perpassam o cotidiano destas pessoas. Os materiais usados foram; papel 40kg e lápis de cor.

Concluindo esta etapa de mapeamento colaborativo foi desenvolvida uma quarta interação no dia 27 de fevereiro de 2025, junto aos comunitários. Agora buscando fechar a atividade estratégica de mapear pontos relevantes para os mesmos, seguindo o entendimento local. Sem essa prática se tornaria irrealizável a construção dos mapas finais.

Figura 9 - Construção do mapeamento participativo com as moradoras locais.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2025.

Para pleno desenvolvimento e culminância dessa interatividade, foi necessário mobilizar duas das principais residentes e partir delas o convite foi ampliado para as demais (totalizando 08 mulheres). Para fins de entendimento e aplicação, foi explicado aos participantes quatro palavras principais - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Segundo (Buarque, 2002), a matriz FOFA se configura como uma organização das fortalezas, fraquezas, das oportunidades e das ameaças. Esta metodologia contribui para o entendimento do que essa comunidade anseia e enfrenta diariamente. Os recursos utilizados foram: uma imagem aérea impressa do local - tamanho A2, cartolinas, pilotos e le post it com 4 cores diferentes (figura 9).

Quadro 2 - Atividade desenvolvida com a comunidade utilizando a Matriz FOFA.

<p>Forças (Interno)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Moradia/Tranquilidade. 2. Açaí/Extrativismo. 3. Pesca. 4. Usos do rio.
<p>Oportunidades (Externo).</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria de transporte via terrestre. 2. Escola. 3. Posto de Saúde.

	<ol style="list-style-type: none"> 4. Criação de restaurante próprio da comunidade (Geração de renda). 5. Centro Comunitário. 6. Posto de Policiamento.
Fraquezas (Interno).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insegurança. 2. Falta de abastecimento de água tratada. 3. Mobilidade - Ponte. 4. Falta de oportunidade para trabalho. 5. Energia elétrica. 6. Conflitos internos. 7. Falta de saneamento.
Ameaças (Externo).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção da Rodovia Liberdade. 2. Venda ilegais de terrenos. 3. Balneários/Restaurantes. 4. Esgoto despejado no rio. 5. Erosão do solo.

Fonte: Elaborado por Pedro Rodrigues, com base na atividade de trabalho de campo (27 de fev. 2025).

A partir dos esclarecimentos prestados (quadro 2) pelas mulheres residentes da comunidade, pode-se deduzir que a paisagem apresenta boas possibilidades de desenvolvimento, mas depende de fatores externos para melhoria, da mesma forma, é ameaçada por eventos de fora. Esta metodologia constitui um importante instrumento para a construção de um diagnóstico participativo e um diálogo com a comunidade local sobre a caracterização socioambiental do Porto da Ceasa.

2.2.3 Digitalização dos dados pelo pesquisador

Nesta fase, é assumido o papel de processar as informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelos membros participantes. Este processamento inclui a criação e adaptação de legendas, para garantir que as representações cartográficas sejam precisas e relevantes. Após as coletas dos dados em campo junto à comunidade, os locais-chave apontados pelas moradoras, foram georreferenciados e vetorizados separadamente por classe de instrumento de análise (Fraquezas, Oportunidades, Forças e Ameaças). Em seguida, foi gerada a cartografia colaborativa final. Todo o georreferenciamento foi consolidado no software QGIS versão 3.34.7.

2.2.4 Finalização dos mapas

A última etapa envolve a validação dos mapas junto à comunidade, garantindo que todas as informações tenham sido representadas de forma precisa e que as expectativas tenham sido atendidas. Durante esta fase, é conversado junto aos moradores sobre possíveis alterações nos mapas digitais e/ou físico, baseadas no feedback dos participantes. Finalmente, o produto final é entregue à comunidade (Figura 10), concluindo o processo de mapeamento participativo. Esta entrega não apenas formaliza o trabalho realizado, mas também forma e esclarece as famílias na medida em que proporciona ferramentas que podem ser usadas para planejamento e desenvolvimento futuro.

Figura 10 - Devolutiva acerca do mapeamento colaborativo.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2025.

Não menos importante, é esclarecido novamente aos ribeirinhos(as) a importância de sintetizar o conhecimento que eles/elas possuem sobre a área em que residem. Onde é assumido pelas mulheres a tarefa de mapear pontos importantes para a elucidação dos fatos que acometem o Porto da Ceasa. Explicando que este produto deve ser compreendido a partir de uma lógica interna e posteriormente discutido com outros órgãos e entidades, para não se perder de vista o real motivo que este foi elaborado - evidenciar potencialidades e fragilidades locais, mas também refletir sobre as experiências coletivas.

3. VIVÊNCIAS E PERMANÊNCIAS: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO RIBEIRINHO.

Antes de nos debruçarmos de fato nas temáticas acerca das populações tradicionais, bem como seus modos de (sobre)vivências, as transformações e resistências. Enfatizamos que no decorrer deste capítulo serão apresentadas algumas entrevistas⁴ junto à três ribeirinhas residentes da comunidade Porto da Ceasa, estas por sua vez estão identificadas por pseudônimos, resguardando suas identidades.

Ainda que as cidades da Amazônia tenham perdido sua estreita relação com o rio a partir da década de 1960, passando a se integrar mais intrinsecamente aos interesses nacionais e internacionais, que se situam em uma lógica de reprodução ampliada do capital e de seus valores urbanos (Nunes e Trindade JR, 2012). Sendo a riqueza da região redimensionada do uso da floresta como matéria-prima extrativista, para incluir também o uso do subsolo, do potencial hidrelétrico e da terra (Corrêa, 1987). Dentre essas relações, gostaríamos de nos deter naquelas que têm marcado certa interação com o rio, revelando um modo de vida ribeirinho circunscrito na vida da cidade.

Vale assinalar que a região era regida segundo Gonçalves (2001), pelo padrão *rio-várzea-floresta*, no qual havia uma forte dependência da natureza, centrados na relação entre várzea, extrativismo e nos rios. Ainda de acordo com Gonçalves (2001), os moldes mudam no final dos anos 1960, emergindo um novo padrão espaço-temporal denominado *estrada-terra-firme-subsolo*. Reestruturando os centros urbanos e o eixo rodoviário (novo modal) que surgiriam na Amazônia.

Embora este seja um padrão de possível leitura geográfica em termos de generalização regional, não podemos afirmar como o único, dadas as diferenças intrarregionais. Miranda (2024), por exemplo, aponta que as ferrovias contribuíram para a reordenação territorial da Amazônia ao facilitar a conexão entre áreas de exploração e reduzir o tempo de circulação de mercadorias, especialmente commodities como soja e minérios. A introdução de um sistema de transporte intermodal, que integra ferrovias, rodovias e portos, permitiu um escoamento mais eficiente e ampliou o alcance territorial das atividades econômicas. Além disso, houve uma mudança de foco das rodovias em relação aos rios e ferrovias existentes, refletindo um objetivo geopolítico e econômico na região.

⁴ Entrevistas concedidas, em 14 de jan. 2025, por três moradoras mais participativas e atuantes na comunidade, desempenhando o papel de articulação comunitária.

A área aqui pesquisada, tem sua gênese pautada no uso da terra e do rio em um primeiro momento. Assumindo a identidade ribeirinha a partir do momento que vive numa outra lógica de vida, com temporalidades, usos e significados próprios. Incorporando um padrão de resistência frente à lógica urbana de uma grande cidade. “Observa-se que no espaço vivido ribeirinho no interior das cidades, as necessidades desenham, muitas vezes, relações diversas de vivência e de sobrevivência da população das águas, em suas várias dimensões” (Nunes e Trindade JR, 2012, p. 214).

O rio Guamá, primordial recurso hídrico que marca e rodeia a comunidade, apesar de não ser o principal meio de consumo diariamente dentro das casas, mas ainda assim, cumpre seu papel como meio de transporte e fornecedor de alimento (deslocamento das crianças para o colégio, ida até a feira do porto da palha, pesca - ainda que reduzida e abastecimento doméstico quando falta água tratada). Percebe-se certa resistência a outras formas de usos do rio que Lima (2010) pontua como lazer e contemplação da paisagem, haja visto que, os bares e restaurantes nas intermediações geram certo desconforto e insegurança para os moradores locais.

Agora não tem tranquilidade né, vamos dizer a gente já vive assim isolado pra todo canto já é gente, é perseguição, eu já tô uma velha né, já não to mais gostando de tentação dia de domingo, sábado e domingo é som aí e restaurante pra todo lado, gente invadindo pra todo lado, eu já me sinto sabe [...] (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).

Essa resistência, muitas vezes expressa pela comunidade, pode ser explicada pelo fato das pessoas que ali residem viverem uma temporalidade marcada por ritmos distintos. Associados à permanência, à profundidade das relações com o ambiente e à coexistência de diferentes dimensões temporais — como o respeito a tempos ancestrais e espirituais. (Cruz, 2011), comenta.

Essa realidade híbrida marcada pelo (des)encontro de temporalidades históricas, em que o novo e o velho, o lento e o rápido, o moderno e o tradicional contraditoriamente e de maneira ambivalente se combinam, revelando uma diversidade de temporalidades na contemporaneidade que atravessam a vida cotidiana dos diferentes sujeitos torna visível e contundente a questão da alteridade e do jogo pela afirmação das diferentes identidades territoriais (Cruz, 2011, p. 4).

Lira e Chaves (2016) apontam que o conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais que, junto com o conceito de sociedade, constituem as unidades mais complexas na Sociologia. Logo, este conceito é muito caro a esta ciência e se encontra amplamente debatido.

Para Tönnies (1947, p. 35), a comunidade é diferente da sociedade. O que essencialmente caracteriza a comunidade é a “vida real e orgânica”. “Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade” (apud Lira e Chaves, 2016). De acordo com Tönnies, as relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade.

O reconhecimento inerente aos chamados povos tradicionais se restringia somente aos povos indígenas, já que eram vistos como um elemento importante para a conservação ambiental. Somente a partir dos anos 2000, que se amplia para outras comunidades não indígenas, ganhando legitimidade com o Decreto n. 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Instituído a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual, no Art. 3, estabelece:

Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Partindo desse entendimento, podemos constatar que os ribeirinhos constituem os chamados grupos tradicionais, pois, o próprio movimento se auto reconhece dessa forma. Além de que, estabelecem um vínculo próprio com o ambiente, denunciando seus saberes sobre as fases da natureza, assim como, da biodiversidade local que fazem parte. “A construção de identidades vale-se da matéria-prima da história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (Castells, 1999, p. 22).

Para Neri (2018, p. 141), as comunidades ribeirinhas podem ser entendidas como “grandes núcleos fraternais onde os mananciais de sentidos, que gravitam sobre o significado de ‘ajuda mútua’, [...] enredam-se em poderosos atos de afeto, de pertencimento e de identidade experimentados pela comunidade”. Desta forma, frisamos os sentimentos de pertencimento e identidade destacados pela autora, sentimentos esses, observados nas entrevistas (quadro 4).

Ainda que os espaços de vivência ribeirinhas pareçam estar distribuídos de forma fragmentada, resultantes do processo de transformações e mudanças ocorridas na cidade. Os resquícios de ambientes ribeirinhos, não estão confinados e restritos a pontos delimitados na geografia urbana de Belém, eles fazem parte de uma totalidade e criam

permeabilidades socioespaciais⁵. Mostrando que ainda há heranças de uma cidade que teve forte ligação com os rios e que nos dias de hoje os espaços assumiram novas dinâmicas e funcionalidades.

Quadro 3 - Área de vivência ribeirinha na comunidade Porto do Ceasa (Belém-PA).

Espaço	Rio	Principais elementos identificadores da paisagem	Usos e funções
Comunidade Porto do Ceasa	Rio Guamá	Pequenas e modestas casas de madeira e alvenaria; pontes/palafitas de madeiras para acesso; roupas estendidas nas varandas ou telhados; moradores conversando em frente às casas; movimento de homens em alguma atividade braçal; matapi; rasa de açaí nas casas; canoas, rabetas aportadas nos pequenos trapiches; bares e restaurantes nas proximidades.	Moradia; uso doméstico esporádico da água do rio; lazer no rio; deslocamentos; atividade pesqueira de subsistência.

Fonte: Elaborado por Pedro Rodrigues, com base no trabalho de campo (fev. e abr. 2024).

Observando estes elementos de vivências dos ribeirinhos, compreende-se que estão presentes dentro de uma organização social, onde a disposição e altura das casas na área de várzea, reflete a dinamicidade que essa interação homem-natureza expressa. O entrar e sair dos homens com algum objeto ou produto dentro da comunidade, estabelecendo uma relação mais braçal e de certa forma patriarcal. As conversas no final da tarde nas varandas das casas entre os(as) moradores(as), estabelecendo em certa medida, vínculos afetivos e parentescos. Por fim, esse emaranhado de informações diz muito sobre quem são esses indivíduos e quais as relações que estabelecem com a sua paisagem.

Berque (1984), considera que a paisagem é tanto uma “pegada” de uma civilização quanto uma "matriz" que molda a percepção e as ações da sociedade. Para ele, a paisagem não é apenas um registro histórico, mas também um elemento ativo que influencia a forma

⁵ Segundo Nunes e Trindade JR (2012), a ideia de "permeabilidades socioespaciais" sugere que há interações constantes entre diferentes espaços e grupos, permitindo fluxos e trocas que moldam a cidade. Mesmo após o esforço e as contradições, esses elementos continuam a influenciar o desenvolvimento urbano.

como os indivíduos e as coletividades percebem e se relacionam com o espaço e a natureza.

Ainda segundo Berque, ao longo do tempo, as transformações na paisagem são expressões de um sistema complexo que envolve a relação entre população, cultura e espaço, onde a cultura atua como um filtro transformador. Este processo ocorre em duas direções: as sociedades moldam seu ambiente por meio de técnicas e práticas (como a agricultura e o urbanismo), enquanto a cultura também contribui para a interpretação e a significação do espaço. Assim, a paisagem se torna um palimpsesto, refletindo a história e as mudanças sociais, enquanto também participa ativamente da construção do imaginário coletivo e da identidade cultural.

Podemos inferir então, que as relações estabelecidas entre sujeitos que atuam como agentes modeladores do ambiente e a cultura que serve como significação e interpretação do meio, cumprem um papel fundamental na construção das paisagens. Logo, a paisagem aqui pesquisada, apresenta suas expressões (marcas visíveis deixadas ao longo do tempo), bem como sua matriz própria (influenciando a percepção, concepção e a ação de um coletivo em relação à natureza).

Outro fato que requer atenção na hora de analisar e interpretar uma paisagem, em especial a ribeirinha, é atentar-se nas transformações culturais e materiais que permeiam o ambiente. Para evitar cair numa incerta denominação ou não inclusão dos ditos grupos “tradicionais”. Forline e Furtado (2002), contribuem afirmando que:

A auto-definição empregada pelas próprias comunidades contribui para este diálogo e sua auto-estima exigindo, assim, revisões nos atuais conceitos empregados, corrigindo fatos históricos, categorias impostas, além de nos fazer aceitar que suas culturas, como a nossa, sofrem alterações e sempre estão em um fluxo contínuo e dinâmico (Forline e Furtado, 2002, p. 217).

Ainda segundo os autores, reconhecer este último ponto, escapamos da cilada de enquadrar o tradicional numa visão idílica e romântica que, forçadamente, coloca o ator rural ou indígena dentro de uma moldura imaginária que o caracteriza este outro antropológico como se fosse parado no tempo (Forline e Furtado, 2002). A crítica também é válida para os comunitários do Porto da Ceasa, onde se autodenominam ribeirinhos e possuem em certa medida aspectos inerentes à “modernidade”. Podemos citar a vontade de ter uma casa de alvenaria - evitando desgaste prematuro e reduzindo custo de manutenção, reprodução de músicas que são tocadas no centro da cidade, além do abastecimento de água tratada em suas residências.

Cruz (2011), também manifesta certa preocupação no que se refere ao olhar de idealização do “*caboclo ribeirinho*”. Neste modo de ver e pensar esse grupo, é feita uma romantização do “*exótico*” e ou “*original*”, a cultura é posta como algo que deve ser congelada, sem considerar as interações multiescalares entre culturas, sujeitos e lugares. Esta contribuição se faz de suma pertinência, visto que, é comum criarmos um imaginário sobre estas pessoas, de modo que se sair do “padrão” do estereótipo, não estarão enquadrados como ribeirinhos.

Para a interpretação da paisagem ribeirinha, recorreu-se às concepções Berque (1984), este autor nos ajuda a entender que para diferentes grupos a paisagem exprime uma Marca e uma Matriz, o que para a área de estudo significa uma alteração das mesmas. Já as contribuições de Cosgrove (1989), nos permite reconhecer o Porto da Ceasa, como uma paisagem “excluída” ou ainda subalterna. Onde a paisagem “dominante”, aquela urbana exerce uma hegemonia sobre esse grupo excluído. Fato que pode ser notado na execução de projetos que vão de encontro aos modos operantes dos sujeitos que residem naquele espaço.

O quadro 4 demonstra, de forma sistemática e sintética, fragmentos dos relatos que anunciam a natureza multidimensional dessa população com a paisagem. Para se chegar até a categorização e princípios norteadores desse conceito, contou-se com as contribuições de Berque no entendimento das transformações históricas, estética/ética e moral, além da coletividade exercida na paisagem ou não. No que tange aos princípios simbólicos e desigualdades na paisagem, utilizou-se do entendimento de Cosgrove. Apesar de ambos exercerem métodos diferentes de análise, ainda sim, com suas limitações, foram cruciais para elucidação dos fenômenos que acometem a área.

Quadro 4 - Categorização e princípios norteadores da paisagem.

Categorização da paisagem	Excertos das narrativas
Transformações históricas	<i>“Olha pra mim todo tempo tá bom, inverno e verão né que se chama todo tempo tá bom, fruta só dá no inverno no verão é um pouco difícil açaí. Aqui ninguém pesca, meus filhos não pescam, trabalham na Ceasa, descarregando banana, tirando açaí quando é a safra [pra consumo e venda também] diminuíram, tá dando tão pouquinho mesmo esses tempos, não tem quase cacau olha... quando a gente morou aqui quando os tempos era cacau aí a gente tirava cacau</i>

	<p><i>que nem prestava, açai também pagava gente pra tirar, agora tá tudo difícil” (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).</i></p> <p><i>“Em termos da vegetação o fruto já não se dá mais como antes, não tem mais como a gente colher, como a gente colhia - açai. Antigamente era pra venda, agora só pro consumo” (Entrevistada 2, moradora há 22 anos).</i></p> <p><i>“O barranco já caiu bastante, não tem mais tanto açazeiro como antigamente, vegetação. [...] peixe e camarão, diminuiu bastante” (Entrevistada 3, moradora há 19 anos).</i></p>
Princípios simbólicos	<p><i>“Era bom demais, demais mesmo, sossegado, eu era nova mas tinha sossego, saia por aí, ia pra festa, chegava, brincava, agora não, nada disso. Era por aí nas casas dos vizinhos, pro outro lado do rio. Agora não tem mais nada” (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).</i></p> <p><i>“As coisas que tinham antigamente aqui como coisas festivas, já não existe mais. Antigamente o pessoal sempre davam festa aqui, festival esportivo, hoje em dia já não existe mais. [...] Esse negócio do futebol que os meninos limpavam o campo e aí a gente ia às vezes toda tarde pra lá, se divertir, jogar bola e acabou, não existe mais isso” (Entrevistada 2, moradora há 22 anos).</i></p> <p><i>“Nós falamos né em segurança, que agora nós não se sente seguro, por causa dos balneários. [...] tinha bastante lugar pra gente brincar, agora já não tem mais - a gente jogava bola, taco, era tudo” (Entrevistada 3, moradora há 19 anos).</i></p>
Desigualdade na Paisagem	<p><i>“Agora não tem tranquilidade né, vamos dizer a gente já vive assim isolado pra todo canto já é gente, é perseguição, eu já tô uma velha né, já não to mais gostando de tentação dia de domingo, sábado e domingo é som aí e restaurante pra todo lado, gente invadindo pra todo lado, eu já me sinto sabe... aí antes não, era uma beleza. A gente tinha sossego, pra gente ver uma pessoa passar olhe lá, só se a gente fosse pra rua mesmo, mas agora...” (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).</i></p> <p><i>“Ao mesmo tempo que trouxe melhorias, também tá trazendo malefícios, porque antigamente a gente tinha uma certa paz aqui na comunidade, hoje em dia a gente já não tem mais. De barulho, sobre assalto, roubos que não tinham isso na comunidade, a gente dormia até de janela aberta, de porta aberta e hoje em dia já tá acontecendo isso. [...]</i></p>

	<p><i>depois do surgimento dos balneários</i> (Entrevistada 2, moradora da comunidade há 28 anos).</p> <p><i>“O linhão por conta dos coisas que a gente apanhava açai pra li, já não tem mais, derrubaram tudo. [...] os balneários trouxeram impactos negativos, a tranquilidade era maior antes dos balneários”</i> (Entrevistada 3, moradora há 19 anos).</p>
Estética/Ética e Moral	<p><i>“Se eu ainda tiver viva, vou ver muita mudança. a comunidade vai tá bonita, pra frente que vai né? agora pra mim, acho que não vou ver muita coisa não. Tudo bonito mesmo, tudo roçado, tudo pronto, essas coisas toda, já que tá tudo coisado né. Meu projeto era ficar assim mesmo, no mato, tendo minhas coisas, sair para apanhar cacau pra tirar, essas coisas todas, tudo isso foi embora, acabou”</i> (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).</p> <p><i>“Sei lá, o manejo do açai, proteger mais o coisa do rio, fazer algumas barragens pra vim botar pontos turísticos e tudo mais”</i> (Entrevistada 2, moradora há 22 anos).</p>
Coletividade	<p><i>“Não tem mais jeito né, porque não vão mais fazer o que era, agora daqui pra frente é isso mesmo, tudo desmoralizado, não tem mais nada. Quem puder se fazer, se faz, quem não puder não se faz, é isso aí. Porque não tem onde plantar mais”</i> (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).</p> <p><i>[...] eu pelo menos não é de hoje que venho falando pro pessoal, pra gente ficar de olho, temer. Que é verídico, já aconteceu com minha sogra, o pai dela né, na UFPA, aquilo lá não era antigamente UFPA, era eles que moravam lá. Aí eles precisaram pra fazer aqui lá né e aí só compraram uma casinha pra eles, sendo que era de lá eles tiraram a sobrevivência deles. Já estavam acostumados, aí saíram de lá e compraram uma casinha pro homem e jogaram o homem lá e não foi a mesma coisa. Aí o homem não durou muito tempo lá onde eles jogaram ele faleceu. Que ele não tava acostumado lá naquele ambiente”</i> (Entrevistada 2, moradora há 22 anos).</p> <p><i>“Vai acabar com tudo - a comunidade, é, se a gente não tomar providência, vai acabar. Porque tá acontecendo várias coisas”</i> (Entrevistada 3, moradora há 19 anos).</p>

Fonte: Elaborado por Pedro Rodrigues com base nas histórias de vida narradas por ocasião do trabalho de campo (jan. de 2025).

Nota-se através das histórias narradas, uma descrição da paisagem que sofreu intervenções ao longo do tempo, sejam elas internamente ou externamente. Indo de encontro justamente com o pensamento de Berque (1984) e Cosgrove (1989), através dessa compreensão conseguimos notar uma animosidade, que revela e transborda novas matrizes e conseqüentemente, surge um estado de “confusão” entre os indivíduos. Essa condição por parte dos moradores da área, paira conforme às mudanças provocadas ao longo dos anos. Exemplifiquemos:

- 1º erosão na margem do rio; observa-se com base nas próprias falas que com o passar do tempo, a vegetação foi suprimida em prol do crescimento comunitário, deixando de certa forma o solo suscetível ao processo erosivo.
- 2º Expansão dos balneários/restaurantes; estes empreendimentos caminham contra a lógica de tempo que costumavam viver, ocasionando as perturbações mencionadas. Porém, ainda assim, alguns moradores trabalham nesses locais, ou mesmo, almejam construir um empreendimento coletivo para geração de renda local.
- 3º Com a instalação de projetos nas proximidades, sem o devido diálogo, acaba por ocasionar uma certa espera/retorno para as famílias que residem ali. Fato este, que não é concretizado na prática.
- 4º A falta de coletivização os ameaça; estes ribeirinhos compreendem que a falta de união pode levar a perda de suas identidades, uma vez que, os interesses individuais muitas vezes se sobressaem aos interesses coletivos. Se tornando uma ameaça iminente.

Apesar de Berque mencionar que “essa marcação, possui um sentido envolvendo toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais, onde a paisagem desempenha perpetuamente e simultaneamente o papel de impressão e o de matriz” (1984, p. 34. tradução nossa). O mesmo não previu que em determinado momento, esse choque de culturas se sobrepondo, ocasionaria de certa forma um “curto-circuito” que é o estado de confusão aqui mencionado.

Outro ponto de destaque, se dá a partir dos usos dos recursos disponíveis, onde segundo Barbosa e Acevedo Marin (2010), a redução de recursos naturais impacta as memórias e identidades ao criar um contraste entre o passado de abundância e o presente de escassez, gerando um sentimento de desamparo nas comunidades. Essa mudança afeta a forma como os membros da comunidade se veem e se relacionam com seu território, uma vez que as memórias de fartura moldam suas identidades coletivas e práticas

culturais. Além disso, a escassez pode levar a conflitos internos e à necessidade de reavaliar normas e regras de uso dos recursos, alterando a dinâmica social e a percepção de pertencimento.

Estas normas são construídas culturalmente, dentro de consensos sociais, quanto ao que seja considerável manejar de acordo com a oferta e/ou escassez de recursos, que, por isto, tornam-se partilhadas pela memória coletiva. Moldando e mantendo, deste modo, suas instituições (Barbosa; Acevedo Marin, 2010, p. 36).

No Porto da Ceasa, fica evidente em algumas narrativas a supressão da vegetação em prol da ampliação da área em questão e, pela falta de interesse em manter o cultivo e a preservação algumas espécies. Porém, ainda não foi observado nenhuma regra ou mudança nas formas de usos pelos comunitários. Restando apenas a recordação de um passado de grande fartura de frutos e proteção dos matos que rodeavam a comunidade, *“em termos da vegetação o fruto já não se dá mais como antes, não tem mais como a gente colher, como a gente colhia - açai. Antigamente era pra venda, agora só pro consumo”* (Entrevistada 2, moradora da comunidade há 28 anos).

Cosgrove (1985), entende a diferenciação cultural como um processo que molda a relação entre grupos sociais e suas paisagens, refletindo mudanças na mente humana e na forma como as sociedades interagem com o ambiente. Este autor sugere que essa relação pode ser tão controlada que se assemelha a laços familiares, destacando a importância da cultura na percepção e organização do espaço. Além disso, Cosgrove enfatiza que a geografia e as artes são fundamentais para entender e desafiar as estruturas que moldam a nossa visão do mundo.

Para Geertz (1989), o homem pode ser visto como ser simbólico. Desse modo, o comportamento humano, também, aparece como ação simbólica. Para o autor, os códigos peculiares e específicos que regem as ações de determinados grupos e/ou comunidades, as interpretações e leituras da natureza desenvolvidas por essas populações, podem não ser decifráveis por outros grupos ou pela própria sociedade em geral (apud Lira e Chaves, 2016). Isso significa que as práticas culturais podem parecer enigmáticas ou difíceis de interpretar para quem não compartilha da mesma visão simbólica. Geertz, portanto, reforça a importância da interpretação na antropologia, ou seja, a necessidade de compreender as culturas a partir de seus próprios símbolos e significados, evitando julgamentos externos ou generalizações

Dessa forma, o modo como o Porto da Ceasa se constituiu e permanece resistindo até os dias de hoje, diz muito como os sujeitos lidam com o ambiente através de sua

identidade e conforme a herança histórica dos mesmos. Podendo se constituir como uma área de difícil compreensão, na medida que sua cultura se diferencia de outros grupos que não fazem parte da mesma.

A cultura também está intimamente atrelada à identidade, uma vez que fornece aos indivíduos as características identitárias a partir das heranças históricas, assim o modo de vida e de ver o mundo, os comportamentos sociais, posturas corporais, são produtos de uma herança cultural (Sousa, 2017, p. 53).

Lira e Chaves (2016), chamam atenção para o entendimento de que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, as diferentes relações sociais e mesmo posturas comportamentais e corporais são produto de um patrimônio cultural resultado da operação de uma determinada cultura. Portanto, as manifestações de dado grupo perpassam pelo modo operante de uma cultura, se tornando imprescindível interpretá-la de acordo como ela se apresenta em suas relações.

3.1 Invisibilidade ribeirinha: um olhar esvaziado.

Por muito tempo se convencionou a olhar para a região Amazônica como uma região de grande biodiversidade, explorando seu lado estritamente naturalista, deixando de lado outros fatores, principalmente sociais, de povos que viveram e que vivem dentro das florestas. Criou-se uma ideia de espaços esvaziados de histórias, identidades, significados e representações, servindo apenas ao viés exploratório.

Essa, sem dúvida é a representação mais comum sobre o espaço amazônico e que se personifica através de ideias e expressões como: “espaço vazio”, “vazio demográfico” “terras sem homens”. Essas construções ideológicas reforçam historicamente a não existência política e discursiva dessas populações. Das drogas do sertão à biodiversidade, da colonização à globalização, a Amazônia é vista apenas como natureza [recursos naturais] (Cruz, 2011, p. 05).

Essa visão naturalista gera territórios e paisagens marginalizadas e/ou excluídas, negligenciando as dimensões históricas e humanas, o que conforme (Cruz, 2011), produz a invisibilidade das populações ditas “tradicionais”, em especial as populações ribeirinhas. Fazendo com que essa população siga resistindo a essa ocultação por bastante tempo. Araújo e Santos (2024), argumentam que.

[...] é comum achar que a Amazônia possui apenas uma única formação florestal onde vivem os “índios”. Nesse sentido, desconsideram toda uma bio e sociodiversidade que existe desde tempos imemoriais, o que torna esta área uma das poucas no planeta, em pleno século XXI, habitada por milhares de povos originários que apesar do Estado Português e, posteriormente o brasileiro terem tentado os desalojar de seu habitat via inúmeras estratégias de ocupação, controle e construção

de uma rede de circulação terrestre e hidroelétricas, eles continuam resistindo às pressões do “civilizado” o que confere a esta região, características especiais no planeta (Araújo e Santos, 2024, p. 09).

Cabe salientar que esta visão esteve e está atrelada ao imaginário do governo brasileiro é herdada do período colonial. Essa era, portanto, uma estratégia política para evitar expedições por parte de outras nações.

Do ponto de vista dos portugueses, foi praticada uma política de isolacionismo durante boa parte da história amazônica, pois, os mesmos consideravam que os diversos pedidos de autorização para expedições científicas escondiam propósitos estratégicos por parte das nações originárias desses países (Araújo e Santos, 2024, p. 13).

Com base nesse cenário, os povos e/ou sociedades tradicionais, são invisibilizadas, esquecidas e extirpadas da memória de parte de gestores e agentes estatais que se colocaram na qualidade de especialistas em Amazônia, não percebendo ou admitindo que os verdadeiros donos das terras ainda habitam seus lugares ancestrais (*Ibid.*, 2024). Emergindo justamente essa exclusão no que tange às políticas governamentais ou de inclusão dessa sociedade.

Diante desse cenário cabe questionarmos esta forma de se referir à região. Quem se beneficia com isto? há quem ela serve? Já que os ribeirinhos sempre residiram às margens da bacia Amazônica, revelando sua intrínseca relação e ocupação com as áreas de várzea. Gonçalves (2001), questiona.

Primeiro, devemos inferir que a população da Amazônia é baixa em relação a que? Se em determinadas situações/circunstâncias há até população excedente? Devemos considerar ainda que a relação população-área deve ser equacionada com relações sociais que regem a vida dos homens e mulheres entre si e destes com a natureza. Assim, a Amazônia apontada como região de baixa densidade demográfica em vários momentos de sua história, apresentou uma superpopulação relativa. E esconde aquela preocupação já salientada, herdada do período colonial, que revela mais a respeito das dificuldades dos que querem colonizar em realizar o seu intento do que propriamente o povoamento da região (Gonçalves, 2001, p. 34).

Tendo por base os referidos autores supracitados, entende-se que desde o período colonial até os dias atuais, o desenvolvimento de políticas que envolvem a Amazônia, costuma invisibilizar ou desconsiderar as formas de vida existentes, saberes, costumes e a própria historicidade. Desrespeitando o conjunto de elementos heterogêneos que formam a grande região amazônica.

Esta situação pode ser observada ainda na área pesquisada, quando se nota no plano de construção da rodovia liberdade, projeto implementado pelo atual governo

estadual, a não consideração de fato das populações que ocupam o espaço a ser impactado. A proposta prevê a criação de uma via expressa e duplicada, ligando a avenida perimetral em Belém até o município de Marituba/PA, mais precisamente na alça viária. Salienta-se que para o desenvolvimento de tal modal rodoviário, irá passar por uma Área de Proteção Ambiental - APA. Nas palavras de Delma:

A rodovia já está trazendo problemas, como em termos de desmatamento, porque principalmente nós aqui não temos terrenos grandes e então a gente sobrevivia de lá daquelas áreas de lá. Então é áreas que estão desmatando. Não tá trazendo nenhum benefício, até agora não vi nada, nem projetos pra cá pra comunidade (Entrevistada 2, moradora há 22 anos).

Observa-se que a viabilização dessa rodovia a ser construída pelo Governo do Estado (figura 11), não beneficia o grupo, muito pelo contrário, afetam diretamente as práticas extrativistas locais. Mais uma vez reforçando o esquecimento das populações que ocupam as áreas que ainda exercem forte ligação com a natureza/recursos naturais. Se tornando pertinente fazer um debate de como essas populações passem do estado de “excluídas” para quem sabe se tornarem uma paisagem “alternativa” ou “dominante”. Para que isso ocorra, é necessário um entendimento ou ainda uma valorização da cultura desses grupos tradicionais.

Figura 11 - Delimitação da rodovia Liberdade.



Fonte: SETRAN-PA, 2020.

Este empreendimento tem por objetivo:

Apresentar uma via alternativa ao fluxo de entrada e saída de viagens da Região Metropolitana de Belém, além da construção de uma via expressa, que possibilite um fluxo contínuo e rápido de veículos, assim

como garantir conforto, redução na taxa de acidentes e segurança aos seus usuários (Pará, 2023).

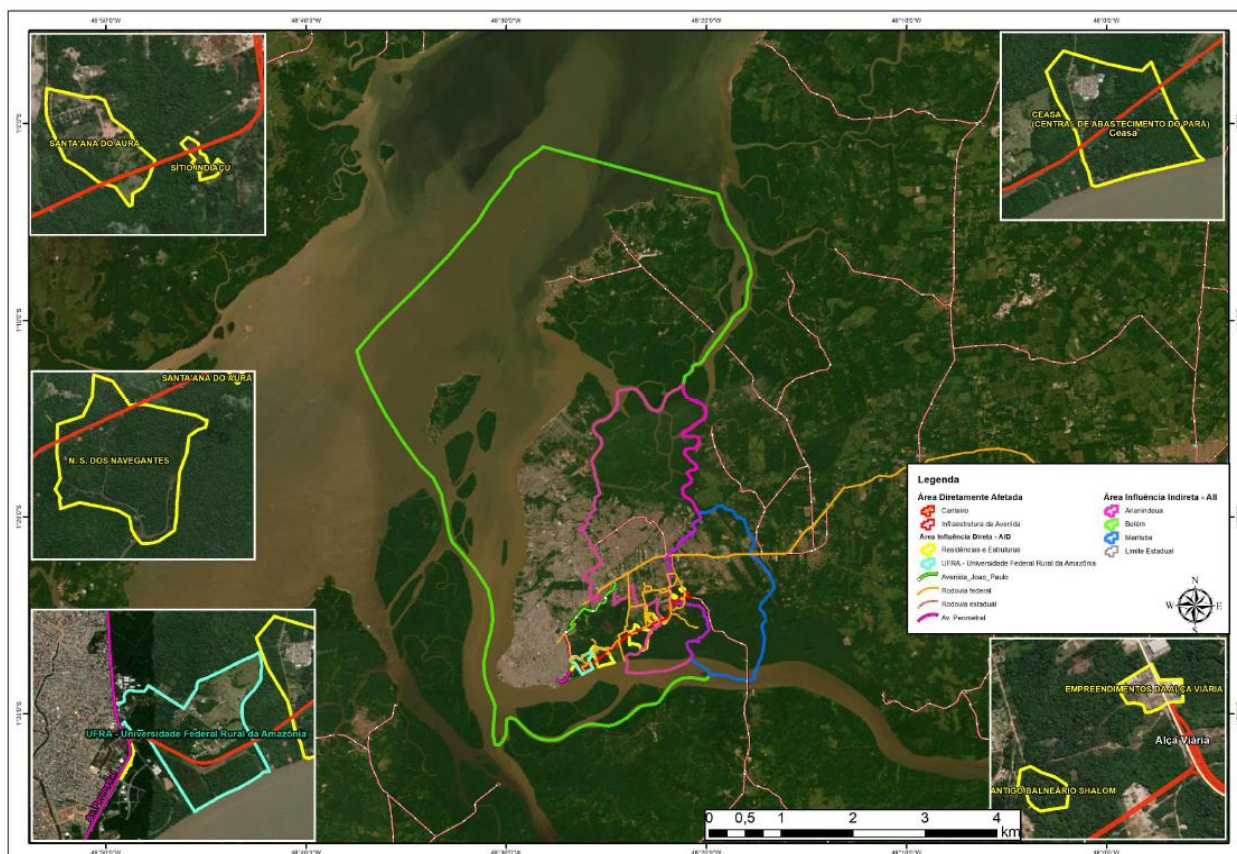
A grande problemática em questão é que recaímos na discussão levantada por Cruz (2011), onde os espaços e políticas na Amazônia, são pensados de forma arbitrária, não levando em conta as populações que residem nas florestas. Criando projetos que muitas vezes vão de encontro aos modos de vida dito tradicional, colocando em segundo plano as atividades e usos realizados por essas comunidades, ou seja, invisibilizando-as.

Oliveira (2006), entende que as formas urbanas na Amazônia, particularmente nas cidades ribeirinhas, foram impostas, ou seja, não surgiram de forma totalmente espontânea a partir das dinâmicas locais, mas resultaram de processos externos — seja colonização, expansão econômica, políticas estatais ou outros fatores alheios às lógicas tradicionais dos povos amazônicos.

(...) essas espacialidades revelam as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem como o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades real ou imaginária, que as cidades estejam na beira do rio, na várzea, quer na terra firme (Oliveira, 2006, p. 28).

Analisando o estudo de impacto ambiental (figura 12) deste projeto, percebe-se uma certa fragilidade no que tange ao tratamento prestado aos locais a serem impactados ou influenciados pelo empreendimento. São apresentados alguns espaços: a comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, citada como (comunidade ribeirinha) e o único território considerado como (tradicional) é a Comunidade Remanescentes de Quilombolas do Abacatal, no bairro do Aurá, ficando a uma distância de 1 km da rodovia a ser construída.

Figura 12 - Mapa da área de influência do meio socioeconômico.



Fonte: Pará, 2023.

Quanto à área aqui pesquisada, há um desconhecimento e esquecimento quanto sua história e origem de fato, no documento consta que “[...] a criação da área de abastecimento atraiu um contingente significativo de moradores, que posteriormente se autodenominaram Comunidade do Porto da Ceasa” (Pará, 2023, p. 52). Não apresentando mais nenhuma identificação das pessoas que ali residem, ou mesmo, seus modos de (sobre)vivências. Esse conjunto de famílias deriva em sua grande maioria dos primeiros moradores, dona Biloca e seu Galdêncio.

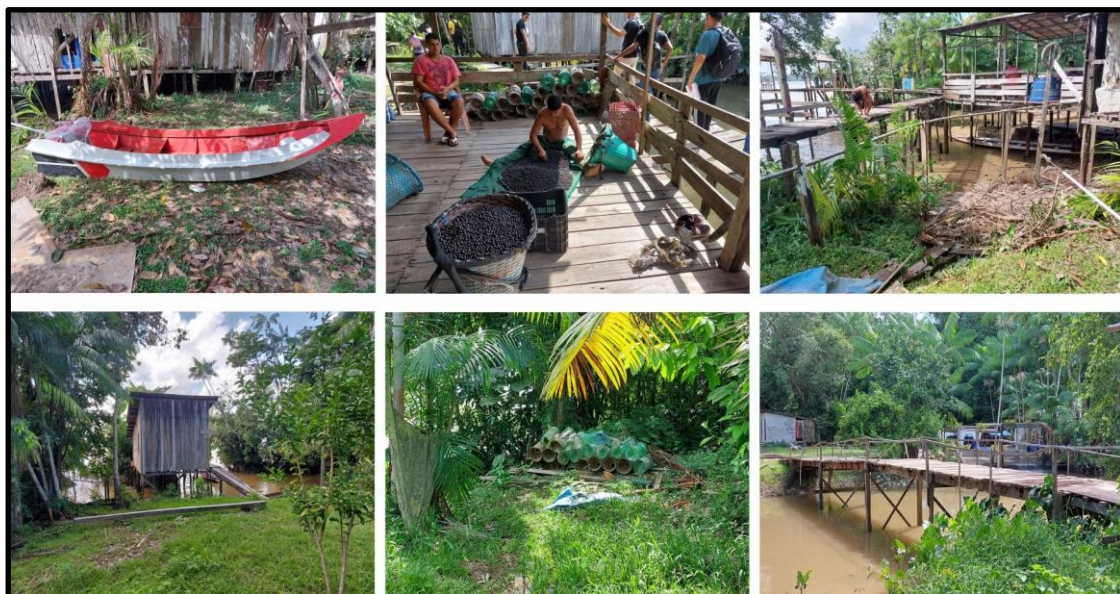
Por fim, é ressaltado que a comunidade é composta por cerca de 60 casas, em sua maioria palafitas, abrigando em torno de 30 crianças e muitos idosos. E que a via de acesso é única e recebe o nome de Estrada da Fazenda Velha ou Estrada do Porto da CEASA (Pará, 2023). Esquecendo totalmente que a área se encontra à margem direita do rio Guamá, sendo também um dos meios de acesso e locomoção das famílias que ali residem. No tocante a importância dos rios, Loureiro corrobora afirmando:

Os rios na Amazônia consistem em uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcional. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um ethos e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e a destruição de terras, a inundação

e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo (Loureiro, 1995 p.121).

Com base na máxima deste autor podemos observar este padrão na área de estudo (figura 13), uma vez que, por esses caminhos alagadiços percorrem vida, simbologias, recursos naturais e humanos, além de ser fonte econômica e de subsistência para aqueles que possuem uma íntima ligação com este bem.

Figura 13 - Trajeções da paisagem das vivências ribeirinhas do Porto da Ceasa.



Fonte: Pedro Rodrigues, 2023.

Através destes achados ou *evidências*, conforme debatido por Cosgrove (1989), podemos interpretar o simbolismo da paisagem cultural à qual estamos lidando. Os elementos que se encontram circunscritos ou até mesmo expressos, revelam o valor empregado pelos sujeitos durante seu período de vivência na área. Pequenas embarcações aportadas próximo às residências, o instrumento denominado de Matapi para a pesca de camarões, o encher e secar do rio, as pontes e as casas sobre esse recurso hídrico e até mesmo a extração do fruto - açaí.

Esse conjunto dos objetos trajectivos, ou seja, como relações em espiral entre objetivo e subjetivo, material e imaginário, natural e cultural, formando um conjunto heterogêneo que revela não só subsistência, mas existência e futuro. um exemplo palpável, seria o apanhar do açaí. É, ao mesmo tempo, um processo econômico e um campo de atividade de formação educativa e ética, comunitária e familiar. Nem uma coisa só, nem outra, mas elas em espiral ascendente tendo em vista o futuro.

Marandola (2024), exprime através da concepção de Berque, o sentido de trajeção:

Pode-se então pensar a trajeção como abertura de mundos, não só para os diferentes mundos das mais variadas espécies viventes que habitam o planeta Terra, mas também para os mais variados meios humanos constituídos nas relações específicas de cada cultura ou povo. Com base nesse ponto de vista, a noção de trajeção demonstra uma grande potencialidade em contribuir para descortinar os mundos que, sistematicamente, foram invisibilizados, apagados, destruídos pelo avanço do que Berque (2014) repetidamente denomina de paradigma ocidental (Marandola, 2024, 123).

Podemos encabeçar essa noção, proposta por Augustin Berque, pois, nos permite reconhecer formas de existência e relações com o ambiente que foram historicamente invisibilizadas ou apagadas pelo avanço do que ele chama de "paradigma ocidental". Nos aproximando e fazendo um paralelo ao modelo urbano-centrado, que evidencia uma visão de longe e de cima, cuja materialidade esconde as dinâmicas vivas de autoprodução na paisagem do Porto da Ceasa.

4. PRODUTOS FINAIS DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Neste capítulo abordaremos duas contribuições pertinentes para o desenvolvimento desta pesquisa, a primeira refere-se a Matriz FOFA, dando a possibilidade de demonstrar as fragilidades e potencialidades na área de estudo. O segundo ponto faz jus à participação feminina na construção e idealização de um ambiente com melhores condições socioambientais, que desde o início marcaram presença nas atividades, não somente nas de mapeamento, mas também na confecção de biojoias com a Prof. do Instituto Federal do Pará, campus Belém.

Figura 14 - Mapas mentais confeccionados pelas crianças da comunidade.



Fonte: Elaboração das crianças, 2024.

Observando os mapas mentais (figura 14) das crianças, é possível notar alguns elementos naturais e culturais que são do cotidiano delas. Na representação, observa-se a presença dos açázeiros, que simbolizam a **fonte de alimento**, bem como outras vegetações características do entorno das moradias e o próprio rio Guamá. A **morada** é expressa pelas casas de madeira em palafitas situadas às margens do corpo hídrico e pela rabeta, utilizada tanto no transporte cotidiano dos moradores quanto no deslocamento para a escola. Já a **ludicidade** manifesta-se nos pequenos trapiches, espaços que possibilitam práticas de lazer e convivência comunitária.

Outro destaque representativo a ser mencionado diz respeito ao imaginário dos adultos, que possuem uma trajetória de vida já enraizada nesse local de vivência. Através do mapa mental desenvolvido pelas mulheres, é possível notar a presença de mais elementos constituintes da paisagem, elementos esses artificiais e naturais (figura 15).

Figura 15 - Mapa mental elaborado pelas mulheres do Porto da Ceasa.



Fonte: Elaboração das mulheres, 2025.

Conforme evidenciado no desenho feito à mão pelas moradoras, se faz perceptível o conjunto de aspectos que se imbricam na materialização da paisagem. Essas autoras do mapa mental, conseguiram transpor seus imaginários e conhecimentos sobre a comunidade de maneira fidedigna, com as mais variadas árvores que permaneceram ao longo dos anos durante o processo de expansão das famílias, inclusive aquelas de maior envergadura, como a Samaumeira que se localiza na entrada da comunidade.

Os corpos hídricos também ganharam evidência, desde o igarapé na entrada da comunidade, até o rio Guamá, que é utilizado para diversos fins pelos ribeirinhos. As construções artificiais foram outro marco na representação, onde as casas de madeira ou alvenaria foram fielmente dispostas conforme sua localização e também com o nome de cada residente. As pontes e os trapiches estão visíveis e dispostos conforme os usos diários de cada um, por fim foi feita uma legenda com os principais elementos que lhes são importantes (barracão, ponte, açazeiros, casas, igreja, samaumeira e rio).

Podemos ainda relacionar essa concepção de mundo manifestada pelos ribeirinhos(as), como forma de imaginação, necessidades materiais e criticidade ao mundo urbano que muitas vezes tende a reduzi-los ou ainda, apagá-los. Cosgrove (2008), assinala que:

A inscrição geográfica é, ao mesmo tempo, material e imaginativa, moldando paisagens a partir da terra física de acordo com as intenções humanas: tanto as exigências da existência prática quanto as visões de uma vida ideal. As representações geográficas — sob a forma de mapas, textos e imagens pictóricas de diversos tipos — e a própria aparência das paisagens não são meramente vestígios ou fontes, de maior ou menor valor, para a investigação desinteressada da ciência geográfica. Elas são elementos ativos e constitutivos na formação das práticas sociais e espaciais e dos ambientes que ocupamos. Ler as paisagens, seja diretamente no território ou por meio de imagens e textos, como testemunhos da ação humana, é uma contribuição digna que a geografia cultural pode oferecer aos objetivos das humanidades: conhecer o mundo e compreender a nós mesmos — em direção a uma vida examinada (Cosgrove, 2008, p. 15. tradução nossa).

Em suma, Cosgrove enfatiza que, as paisagens não são apenas cenários naturais ou objetos de estudo neutros; elas são construídas tanto material quanto simbolicamente pelas ações e intenções humanas. Representações geográficas (como mapas e imagens) e as próprias paisagens moldam e são moldadas pelas práticas sociais. Por isso, interpretá-las como expressões da agência humana é uma contribuição valiosa da geografia cultural para a compreensão de nós mesmos e do mundo.

4.1 Contribuições da Matriz FOFA para o mapeamento

Este item descreve uma das metodologias utilizadas para fins de diagnóstico participativo aplicadas na pesquisa. Uma dessas metodologias em questão, refere-se a Matriz FOFA, que serviu para levantar e discutir questões sobre potencialidades e fragilidades na comunidade Porto da Ceasa em Belém/PA. Nessa circunstância, contando com o apoio das lideranças femininas/locais, as atividades foram planejadas e divulgadas para as demais moradoras e convidados para a elaboração da FOFA e conseqüentemente do mapeamento colaborativo.

Bastos (2014), expressa que o termo “SWOT” é um acrônimo das palavras Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats e que significam respectivamente: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, mas que no Brasil é comum algumas pessoas usarem a sigla FOFA. Sendo utilizada na área da Gestão Empresarial, revelando os pontos fortes

e fracos de uma organização, assim como as oportunidades e ameaças das quais ela está exposta.

Para Fernandes (2015), a Matriz SWOT é uma ferramenta de planejamento estratégico que analisa as forças (Strengths), fraquezas (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) de uma organização. Ela foi estruturada nas décadas de 1950 e 1960 e se popularizou por sua simplicidade em dispor fatores internos e externos, ajudando na construção de estratégias organizacionais. A matriz é considerada imprescindível para entender o ambiente em que a organização está inserida e para a elaboração de ações estratégicas.

O planejamento estratégico ganhou espaço na academia e no meio empresarial, tornou-se uma ferramenta de grande valia, movimentou a estrutura das organizações, levou os estudiosos a projetarem cenários com maior grau de precisão e, principalmente, levou os executivos a compreenderem que o negócio é influenciado, em maior ou menor grau, por uma infinidade de variáveis interna e externa à organização (Fernandes, 2015, p. 58).

Segundo Buarque (2002, p. 33), a Matriz FOFA “recorre a diagramas que distribuem tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores e dificultadores internos e externos”. Portanto, essa metodologia permite a sintetização dos elementos inerentes a área a ser implementada, sejam eles favoráveis ou não.

Marinho e Freitas (2015), utilizam a matriz FOFA como uma metodologia de diagnóstico e avaliação de processos socioambientais e produtivos. Ela permite identificar as Fraquezas, Oportunidades, Fortalezas e Ameaças que interferem na dinâmica do grupo envolvido, possibilitando a avaliação e planejamento de estratégias para potencializar as ações e objetivos do grupo. “A partir dos debates, é possível avaliar e planejar estratégias que potencializem as ações e objetivos e metas determinadas pelo referido grupo, foco da intervenção” (Marinho e Freitas, 2015, p. 24).

Tavares (2022), realizou e organizou um estudo sobre as diversas formas de aplicação da metodologia FOFA (Quadro 5), segundo a autora, esta é aplicada em diversos contextos brasileiros, não somente na gestão empresarial onde teve origem. A autora ainda complementa ao afirmar que não encontrou um estudo ou guia que indicasse melhores práticas de aplicação da FOFA em assuntos socioambientais ou na Geografia Humana. Mas que, no entanto, essa metodologia é capaz de ser aplicada em formato participativo, seja em contexto de grupos focais ou workshops.

Quadro 5 - Distintas formas de aplicação da metodologia FOFA.

AUTORES (ANO)	APLICAÇÃO DA FOFA
Gorayeb <i>et al.</i> (2021)	Arelado a Cartografia Social para o Zoneamento Ecológicoeconômico Costeiro do Ceará
Freitas (2019)	Arelado a Cartografia Social para diagnosticar a Zona Especial de Interesse Social
Tavares <i>et al.</i> (2019)	Analisando a Segurança Alimentar em uma comunidade no semiárido nordestino
Saravalle <i>et al.</i> (2016)	Técnica participativa em Projeto de Desenvolvimento Sustentável
Silveira, Brochier Kist e Kummer (2015)	Realização de planos estratégicos regionais
Gomide <i>et al.</i> (2015)	Compreensão de interações sociais em comunidades ribeirinhas no contexto da saúde
Marinho e Freitas (2015)	Processo de diagnóstico e avaliação no contexto rural

Fonte: Tavares, 2022.

Com base no levantamento bibliográfico e informações coletadas acerca da FOFA, apoiada também nas questões que nortearam a área estudada, foi construído alguns procedimentos metodológicos até a etapa final (Figura 16), que resultaria no desenvolvimento cartográfico deste estudo.

Figura 16 - Síntese metodológica da Matriz FOFA na Comunidade Ribeirinha.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Através da instigação junto aos participantes e utilizando os princípios dessa matriz, foi sendo construído um diálogo intentando uma aproximação com a comunidade para a construção dos mapas mentais e o participativo - produto final. As referidas indagações perpassam temáticas voltadas à área em questão:

- ❖ O que vocês consideram como algo forte/positivo na comunidade?

- ❖ O que faz a comunidade apresentar pontos negativos internamente?
- ❖ Para melhoria da área, o que necessitaria ser feito e/ou implementado?
- ❖ Atualmente, o que ameaça a estabilidade do Porto da Ceasa?

A partir dessas observações foram sendo construídos os apontamentos que viriam dar base para o mapeamento colaborativo, com os pontos referenciados pelas próprias mulheres (Figura 17). Dessa forma, os aspectos Forças e Oportunidades significam caracteres positivos, enquanto, Fraquezas e Ameaças indicam condições negativas. Todavia, as colunas ‘Forças’ e ‘Fraquezas’ estão atreladas a fatores internos à comunidade, algo que se pode controlar; e a coluna ‘Oportunidades’ e ‘Ameaças’ independem da ação dos sujeitos inseridos nesse contexto.

Assim, esta dissertação, traz a aplicação da Matriz FOFA no estudo do mapeamento participativo no contexto ribeirinho, sendo um trabalho incipiente, haja vista haver um levantamento dos elementos elencados em cada coluna da Matriz. Além de observarmos poucos estudos no Estado do Pará sobre mapeamento colaborativo, principalmente dentro da Geografia.

Reforçamos que procedimentos metodológicos do mundo empresarial em experiências subjetivas e coletivas, podem perder de vista as contradições e a dialetização da realidade. Porém, se usado de maneira adaptada a sua respectiva realidade, são capazes de gerar bons diálogos com moradores em momentos de partilha coletiva, emergindo ideias que de outro modo, poderiam não ser manifestas.

Em vista disso, a Matriz FOFA nesta pesquisa foi resumidamente construída por três pontos principais: (1) aproximação com a comunidade através de oficinas de construção de mapas mentais; (2) análise e levantamento dos fatores internos e externos, por meio de visitas à campo e registros fotográficos; (3) explicação sobre a Matriz FOFA para as mulheres e apresentação das perguntas norteadoras, que viriam encaminhar para a construção de um mapa colaborativo.

4.2 Participação feminina na construção de uma cartografia colaborativa.

A discussão aqui levantada, perpassa pela importância da mulher na composição de uma sociedade ribeirinha, se configurando como um elemento de grande valor na manutenção da identidade dos povos ditos tradicionais. Porém, cabe salientar que as mulheres ainda ocupam funções domésticas que acabam por lhe excluir de certas atividades.

Os homens tiveram visibilidade na história da colonização, enquanto as mulheres mesmo sendo figuras ativas no processo de colonização e na formação dos grupos sociais da região amazônica foram invisibilizadas, suas histórias não foram contadas, e as ações realizadas por elas foram silenciadas por séculos (Sousa, 2017, p. 61).

Todavia, de acordo com Sousa e Menezes (2017), por mais que as relações patriarcais ainda sejam realidade no ambiente tradicional ribeirinho, sendo um fator de limitação das mulheres em espaços de decisão e no efetivo exercício do poder. Verifica-se, no entanto, mudanças nestas relações espaciais de gênero, com maior inserção das mulheres em movimentos sociais, lutando por causas específicas e de interesses amplos.

Sousa (2017), reitera que o mundo vivido das mulheres se difere, nos espaços rurais há uma forte presença do patriarcalismo, mesmo existindo um certo empenho nas atividades agrícolas. Já as ribeirinhas possuem certa particularidade em relação às mulheres do campo, pois, estas ribeirinhas estão ligadas a presença do rio, influenciando sua espacialidade e vivência.

Porém, este bem natural se apresenta muitas vezes de forma contrastante, visto que, ele é utilizado muitas vezes para os afazeres domésticos (lavagem de roupa e louça). Apesar de haver usos para a recreação como pesca de subsistência e banho.

[...] é possível compreender que o rio pode ser visto sob um viés contraditório a partir da constatação que ele é utilizado para a realização dos afazeres domésticos, trabalho visto como penoso para estas mulheres, ao passo que tem uma conotação de lazer e descanso (Sousa, 2017, p. 63).

Resumidamente, Sousa (2017) conclui sua ideia ao afirmar que a identidade da mulher ribeirinha é composta por fatores como a relação afetiva com o rio, que influencia sua vivência e experiências cotidianas. Além disso, aspectos culturais e simbólicos, como a lenda que associa seus componentes corpóreos à atração pelos botos, também são significativos. Por fim, o papel reprodutivo e as responsabilidades domésticas, em um contexto ainda marcado pelo patriarcalismo, são fundamentais na construção de sua identidade.

Salazar *et al* (2021), discutem que as comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos, como a marginalização e opressão por parte do sistema capitalista, que frequentemente ignora suas realidades e necessidades. Além disso, a luta por reconhecimento e igualdade de gênero, especialmente para as mulheres, é dificultada pela falta de acesso a informações e políticas públicas que atendam suas demandas. A

intensificação do agronegócio e os conflitos territoriais também ameaçam sua subsistência e visibilidade.

Diante disso, os autores aludidos mencionam a necessidade de uma maior participação da comunidade feminina, como por exemplo no Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas - PRCR, sendo uma iniciativa que visa promover a cultura de direitos e a participação social nas comunidades ribeirinhas.

A mulher inserida em grupos de formação é uma forma de resistência à exploração histórica a que a mulher foi submetida, educada para uma criação de submissão, de concessão e conduzida a educar as gerações a este pensamento. De acreditar que por ser do “sexo frágil”, não poderia pegar no cabo de uma enxada ou estar em cargos de chefias e contribuir para o crescimento do espaço no qual está inserida, sem ser coagida a ter como única opção ou alternativa de cuidar dos filhos e do lar. Acredita-se que através do trabalho de formação contínua as mulheres terão condições de continuar na luta por espaço, reconhecimento e visibilidade da importância do seu trabalho para o crescimento da comunidade (Salazar *et al*, 2021, p. 10).

Sousa e Menezes (2017), enfatizam que os principais objetivos do Movimento das Mulheres Ribeirinhas incluem buscar melhores condições de vida e trabalho para as mulheres, promover a inclusão social, política e econômica das comunidades ribeirinhas, e criar um espaço democrático de discussão que valorize o discurso feminino e insira as mulheres ativamente nos processos de tomada de decisão. Além disso, o movimento visa fortalecer grupos coletivos de mulheres por meio da criação de associações locais.

No ano de 2012 foi criado o Movimento Articulado de Mulheres Ribeirinhas do Médio e Baixo Madeira com a intenção de reunir mulheres que vivem nesta região, criando um espaço democrático de discussão que valorize o discurso feminino e as insira de forma ativa nos processos de tomada de decisão (Sousa e Menezes, 2017, p. 03).

Ainda segundo esses autores, as mulheres ribeirinhas têm uma forte relação com a identidade ribeirinha e com o rio, que é central para suas vidas e modos de produção. Essa conexão é evidenciada na busca por visibilidade e reconhecimento social, onde elas militam por causas que refletem suas experiências e desafios cotidianos relacionados ao ambiente ribeirinho. O rio Madeira, em particular, é um elemento crucial que influencia suas práticas culturais e sociais.

Deste modo, no Rio Madeira foram aquecidos importantes debates, levando uma pauta de reivindicações específicas do cotidiano ribeirinho para uma discussão mais ampla. O Encontro de Mulheres do Médio e Baixo Madeira foi um elemento impulsionador para o momento de retomadas das atividades e ações de mobilização coletiva do Movimento (Sousa e Menezes, 2017, p. 08).

Neri (2018), contribui destacando que as mulheres ribeirinhas desempenham um papel crucial na construção e apropriação de seus ambientes, utilizando saberes acumulados através do trabalho agrícola, da pesca e de interações sociais. Elas são fundamentais na resistência às dificuldades enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas, contribuindo para a vida social e cultural, além de buscar autonomia e respeito nas relações sociais. Apesar das imposições machistas, as mulheres estão em um processo de conquista de novos papéis sociais e de resistência.

[...] há um movimento metafórico, nessa recriação criativa, que converge para a notável resistência, das mulheres ribeirinhas, rumo ao desejo de serem socialmente respeitadas e de se desprenderem das algemas machistas que acorrentam os seus corpos, seus desejos e suas autonomias. Diante desse arsenal de múltiplas resistências aos meandros do machismo, ponderamos que espaços sociais, como o campo de futebol, são arenas de conflitos, e portanto um verdadeiro locus fraturado, na dinâmica social de Muaná (Neri, 2018, p. 193).

Para essa autora, estas mulheres são responsáveis por reforçar laços comunitários e a conexão com o meio ambiente. A vivência e a experiência delas são fundamentais para a continuidade das tradições e valores ribeirinhos. Conforme Silva (2003, p. 48):

Eles [mulheres e homens ribeirinhos] constroem, se inserem ou se apropriam de seus ambientes pautando-se por saberes acumulados e configurados por meio do trabalho agrícola, da pesca, da construção de suas roças, da extração da madeira e de outros significados simbólicos que atribuem a determinados meios e que transcendem a dimensão do trabalho, ainda que a ele esteja vinculado (apud Neri, 2018, p. 188).

A partir do que foi constatado durante as idas à campo, observou-se que o patriarcalismo ainda é bastante presente na comunidade ribeirinha estudada. As mulheres assumem a responsabilidade de cuidado com os filhos, bem como pelos afazeres domésticos, enquanto os homens assumem tarefas mais braçais - corte de árvores, extrativismo e em certa medida a pesca para consumo familiar. Dessa forma, o mapeamento participativo realizado no Porto da Ceasa (figura 17), emergiu como uma possibilidade de ouvir as vozes do público feminino que ali reside. Se caracterizando como um mecanismo sintetizador dos saberes locais e também pela busca de soluções coletivas, bem como uma certa autonomia econômica a partir de empreendimentos próprios.

Figura 17 - Mapa participativo com base nos saberes das mulheres locais.



Fonte: Elaboração própria no Qgis, 2025.

Através das informações prestadas pelo público feminino foi possível desenvolver o referido mapa colaborativo, este expressa os conhecimentos sobre a comunidade e os demais elementos que estão presentes na paisagem. E para sintetizar as ideias que elas detêm, foi utilizado a matriz FOFA, enfocando nas suas i) Fraquezas, ii) Oportunidades, iii) Forças e iv) Ameaças.

Apoiado na Matriz FOFA, encontramos alguns achados importantes que se sustentam justamente com as contribuições de Berque (1984), a partir do momento que esses ribeirinhos(as) do Porto da Ceasa apontam que a instalação de empreendimentos dito “desenvolvimentistas” operam no sentido contrário ao uso deles. Marcando a paisagem e criando novas matrizes. Ou ainda, trazendo luz às desigualdades geradas na paisagem que o Cosgrove (1989) menciona, quando é relatado pelos comunitários o avanço de restaurantes destinados ao lazer, retirando a tranquilidade que tanto foi destacado pelos(as) ribeirinhos(as).

i) As referidas fraquezas revelam que a comunidade possui problemas com o *abastecimento elétrico*, sendo algo rotineiro a queda ou até mesmo a falta de eletricidade durante longos períodos, se tornando algo contraditório, já que pela comunidade passam duas linhas de transmissão de energia. Outra fraqueza ilustrada, remete a *falta de saneamento básico*, onde os moradores carecem de coleta de resíduos sólidos sendo obrigados a queimarem seus resíduos, falta de abastecimento de água tratada e também coleta e tratamento de esgoto.

Outras duas fraquezas pontuadas referem-se à *mobilidade interna - ponte*, para as movimentações dentro da área os ribeirinhos precisam passar por ponte de madeira pois a área compreende um local de várzea. A problemática se faz quando esse deslocamento é feito por pedaços de madeira onde a estrutura já se encontra comprometida, dificultando a circulação das pessoas. Fato que pode ser notado na fala da dona Raimunda:

Eu quero viver sossegada, ter uma ponte boa pra andar, chegar lá na rua sem dificuldade, que às vezes a gente adocece né? não tem como carregar pra lá, eu tenho uma filha acolá que não anda, tem que carregar ela. A minha cunhada já não anda mais, tudo disso é preciso (Entrevistada 1, moradora há 70 anos).

Por fim, a última fraqueza diz respeito aos *conflitos internos* que geram a impossibilidade de uma articulação entre os residentes locais, é possível notar interesses incompatíveis com a coletividade. “*Se não fizer nada né, vai se acabar, se não tomarem uma providência né. Da acho que a vegetação né. [...] sei lá, fazer projetos né, se unir mais*” (Entrevistada 2, moradora há 22 anos). Percebe-se uma fragmentação da

comunidade em duas partes, perfazendo muitas vezes o individualismo, o que compromete a busca por demandas sociais internas.

Esse individualismo atrela-se ao valor moderno e urbano, repercutindo na coletividade em curto-circuito da comunidade. “[...] *olha esses açaizeiros ali, tudo isso aí foi planta minha na beira do rio, mas tá se acabando, ficando alto, se quebrando, eu não posso mais fazer isso, então a tendência é acabar né?*” (Entrevistada 1, moradora há 70 anos). Nota-se que os interesses atuais mudaram, enquanto as primeiras gerações familiares tinham desejo de plantar e colher, as atuais já não seguem o mesmo empenho.

ii) Com relação às oportunidades levantadas, foram citadas as seguintes proposições; *posto de saúde*, para atendimento das pessoas que ali residem, pois, quando necessitam de atendimento precisam se deslocar por grandes distâncias como por exemplo, ilha do Combú ou bairro do Curió Utinga. Outra demanda seria a construção de uma *escola* para atender o carecimento educacional interno, já que as crianças vão até a comunidade mais próxima para estudar. Um *posto policial* também foi mencionado, outrora, já existia um. Porém, foi desativado, e segundo as participantes, essa unidade de policiamento traria mais proteção para as ameaças externas que surgiram com o tempo.

E para beneficiá-los no sentido econômico, foi mencionado que a instalação de um *restaurante próprio da comunidade*, geraria renda para essas famílias, principalmente as mulheres locais, evitando trabalhar em empreendimentos que geram perturbações e até mesmo insegurança. Todavia, fica o questionamento: será que esse restaurante também não iria trazer a mesma insegurança pontuada?. Finalizando as oportunidades, outra estrutura para benefício da comunidade está atrelado ao *centro comunitário*, sendo um espaço de inclusão para debates, reuniões, festejos e até mesmo com uma biblioteca. Minimizando assim, os conflitos entre os mesmos.

iii) Em contrapartida, o Porto da Ceasa apresenta forças que merecem destaque na discussão. A primeira está relacionada aos *usos do rio*, o que segundo as participantes da atividade, estão diretamente atrelados à pesca, banho, lavagem de roupa e louça, evidenciando as ideias de que no contexto ribeirinho as mulheres possuem uma relação dual com o recurso hídrico (práticas lúdicas e afazeres domésticos). Sendo um demonstrativo que esses chamados ribeirinhos ainda possuem uma relação com o rio Guamá, apesar das recentes transformações que trazem “resquícios de modernidade”. Outro fator relevante é o uso da terra com as expressivas quantidades de *açaí*, esse bem frutífero é a base da alimentação dessas pessoas e de certa forma complementam a renda com a venda desse fruto.

iv) Finalizamos assinalando as ameaças que permeiam a comunidade, dentre as quais estão: a *venda de terrenos*, está se faz uma das grandes preocupações dos moradores mais antigos, já que traz o receio de quem será a próxima pessoa a vir morar na área. Pois, este terceiro poderá não compartilhar dos mesmos interesses, costumes e ideais de moradia. E já é perceptível a chegada de pessoas desconhecidas até então. Finalmente, é assinalado o *processo erosivo* nas intermediações da comunidade, estando bem avançado em alguns pontos específicos. Delma explica: “*A vegetação diminuiu, a parte da beirada do rio tá caindo tudinho, antigamente era bem mais lá fora*” (Entrevistada 2, moradora há 22 anos). Sendo uma problemática que merece atenção, dado que, poderá alterar a disposição de casas, ponte e até trapiche. Apesar da erosão muitas vezes ser por causas naturais, pode estar atrelado também à supressão da vegetação ciliar em virtude do crescimento local.

Considerações Finais

Neste momento, que é reservado à síntese do objetivo central de análise, se faz indispensável salientar os principais “pontos” contidos na paisagem local e esclarecidos através da pesquisa. Apesar de terem sido evidenciadas nos capítulos anteriores as mudanças e permanências na relação dos ribeirinhos do Porto Ceasa, com os usos da paisagem, principalmente com o rio. Anunciar-se uma síntese das especificidades de uma paisagem que resiste às interferências de uma metrópole em plena expansão urbana.

O objetivo dessa dissertação foi o de interpretar através do mapeamento participativo a percepção da comunidade Porto do Ceasa, acerca das questões socioambientais que envolvem a paisagem local. Realizou-se um esforço de sustentar, a partir da realidade local, de como a região amazônica se transformou, sobretudo nas últimas décadas, essas transformações que acabará por mudar o cenário socioeconômico, resvalou no modo de vida das sociedades tradicionais que possuem íntima relação com a paisagem.

Verificou-se na comunidade Porto da Ceasa, uma dinâmica pautada na reestruturação da paisagem, com diferentes usos e fins, empreendimentos voltados para as práticas de lazer e contemplação do rio, assim como grandes projetos de desenvolvimento urbano. Essas alterações chocam-se com os modos de vivências dos ribeirinhos que ali residem desde a década de 60, pois caminham no sentido contrário das reais necessidades deles.

Apesar das alterações encontrados nas entrelinhas da comunidade (suas próprias modernidades), ainda podemos observar que esses residentes possuem estreita relação com o uso da terra, através de atividades extrativistas, reforçadas no documento elaborado pelo SPU/PA e pelos usos que são estabelecidos com o rio Guamá. Esses são importantes indicativos de que o Porto da Ceasa se figura como uma comunidade ribeirinha, da qual carece de atenção, assim como ser enxergada com outros olhos e não mais como meras pessoas que foram parar ali devido a construção da central de abastecimento do Estado do Pará- CEASA/PA.

Com base nas observações de campo e experiências compartilhadas, o Porto da Ceasa, segue sendo uma área ribeirinha cujo único desejo é o de garantir o acesso básico à saúde e à educação. Mas que carrega consigo o sentimento de pertencimento a uma paisagem que lhes traz feições e memórias de um tempo não tão distante, onde era possível viver com tranquilidade, colher bons frutos e estreitar laços fraternais.

Para tanto, foi estabelecido um diálogo com alguns autores importantes para compreensão dos modos dito tradicionais e das relações estabelecidas na paisagem nos últimos anos. (Gonçalves, 2001), por exemplo, revela a lógica de subversão das cidades da Amazônia que se renderam ao padrão *estrada-terra-firme-subsolo* a partir dos anos 60. Mas entendendo que a região segue sendo heterogênea, é possível estabelecer outro padrão, um modelo no qual esteja circunscrito na lógica de transformação da malha urbana frente à população residente na floresta (tal como o Porto da Ceasa). Devendo considerar que esse local é transpassado por linhões de energia, balneários e agora uma rodovia expressa. Em contrapartida (Cruz, 2011), nos elucida que o imaginário ribeirinho, muitas vezes é estereotipado, se caso houver “fuga” do dito padrão.

Diante da problemática que permeia esta pesquisa, buscou-se responder ao seguinte questionamento: *Como a comunidade ribeirinha Porto da Ceasa interage e se adapta às mudanças na paisagem ao longo do tempo, considerando os fatores socioambientais?* Para tanto, recorreu-se a dois autores fundamentais. O primeiro é Cosgrove (1989), que discute a paisagem hegemônica — aquela mais valorizada —, a qual frequentemente ofusca e sobrepõe-se à paisagem subalterna. Já Berque (1984) propõe um olhar mais interno sobre a paisagem, destacando as marcas construídas e deixadas no local, bem como a matriz perceptiva que revela como o grupo compreende as transformações ocorridas. Um exemplo significativo disso é a Rodovia Liberdade, que modifica e marca a paisagem ribeirinha, evidenciando uma matriz distinta da lógica fluvial.

O mapeamento participativo cumpriu um papel importante para evidenciar e sintetizar as atuais e próximas transformações no entorno dessa comunidade. Assim como, o estado de “confusão” no qual estão submetidos devido às invasões de valores e concepções fora da unidade cultural anterior à que os ribeirinhos estavam acostumados e que agora vem se apropriando das áreas que estas famílias faziam uso.

O fator feminino também se faz de suma importância na manutenção dos saberes e das práticas tradicionais, pois, ficam reservadas às mulheres, o cuidado com as crianças, com o lar e com atividades domésticas correlatas. Além de exercerem protagonismo a partir de movimentações, discussões e pautas levantadas frente ao processo hegemônico que vem alterando as feições locais. Com base no levantamento de literaturas e das práticas desenvolvidas, constatou-se que apesar dessa área ainda possuir condutas patriarcais, ainda assim, as mulheres apresentam cada vez mais decisões internas.

Cumprindo um papel político e social na busca por soluções de suas demandas comunitárias.

Se faz de urgência o debate acerca das paisagens alternativas ou ainda excluídas, que são engolidas pela vida urbano-centrada, apagando veementemente as culturas e tradições das sociedades ditas tradicionais frente aos novos fluxos globais. Perfazendo de certa forma uma ironia o nome da avenida se chamar - Liberdade, uma vez que retira desses sujeitos a sua autonomia perante o espaço que foi ocupado desde os anos 1960. Nesse cenário, utilizou-se a combinação de conceitos de paisagem para ampliar e dialogar geograficamente com a experiência coletiva da comunidade.

Diante do exposto, expressamos os avanços alcançados nesse estudo, primeiramente a carência de trabalhos nesse âmbito demonstram a fragilidade em evidenciar o apagamento das populações tradicionais em áreas urbanas delimitadas. Nesse sentido, essa dissertação emerge como contribuição para pesquisas futuras. Em segundo lugar, conseguimos de forma participativa, expor ainda que brevemente, as dualidades (por intermédio da Matriz FOFA) que esses sujeitos enfrentam nos últimos anos, inserindo marcas que influenciam no comportamento das famílias que dependem dos recursos ali disponíveis. Chegamos à conclusão de que a interação conflituosa de culturas/modos distintos de vivências, gera um curto-circuito no que diz respeito ao choque cultural ali estabelecido.

Um tempo mais prolongado junto à comunidade, permitiria um mergulho em certos elementos vividos que talvez não tenham sido expressos agora, isso fica quem sabe para ser debruçado com mais precisão em uma outra oportunidade (Doutorado). Já que, o tempo de vivência com os sujeitos envolvidos no processo é limitado, assim como o de estudo - mestrado, carecendo de mais trocas de experiências. Mas que ainda sim, trouxeram uma riqueza significativa de conhecimentos/saberes, relatos, frustrações e não menos importante, a alegria de se viver em um local que carrega consigo um conjunto de significados que fazem com que ele seja único para os ribeirinhos ali inseridos.

Referências Bibliográficas

AB' SÁBER, AZIZ NACIB. **Os Domínios de Natureza no Brasil-Potencialidades paisagísticas**. 7ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

ALMEIDA, António Campar; NUNES, Adélia; FIGUEIREDO, Albano. **Paisagem sob risco em Portugal: um contributo**. Coimbra, Imprensa da Universidade-2009.

ANDRADE, E. D. V e CARNEIRO, A. F. T. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**. Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos, Curitiba, v. 15, no 3, p.410-427, jul-set, 2009.

ARAÚJO, F. E.; ANJOS, R. S.; ROCHA-FILHO, G. B. **Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações**. Bol. geogr., Maringá, v. 35, n. 2, p. 128-140, 2017.

ARAÚJO, Nelcionei José de Souza; SANTOS, Marcos Carvalho dos. **A noção do vazio demográfico na Política Nacional de Defesa (1996-2020)**. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 8, n. 1, p. 01-25, 2024. ISSN 2527-2349.

BARBOSA, Maria Betanha Cardoso; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, p. 27-45, jul. 2010. ISSN 1516-6481.

BASTOS, Marcelo. Análise SWOT (Matriz): Conceito e aplicação. Portal Administração. [S.l.], jan. 2014. Disponível em: <https://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>

BERQUE, Augustin. **Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle**. In: Espace géographique, tome 13, n°1, 1984. pp. 33-34;

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**. Esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1971.

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. Superintendência do Patrimônio da União no Pará. **Termo de autorização de uso nº 33134/2010**: concedido a Cecília Sandra Santos Ferreira para atividades extrativistas na Ilha do Icatuzinho, Rio Guamá, Belém/PA. Belém, 3 set. 2010. 1 termo.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002, p.180.

CARVALHO, A. B.; SANTOS, B. C. F.; HERRERA, J. A. **Mapas Mentais e Percepção da Paisagem por Estudantes do Ensino Médio da Escola Dairce Pedrosa Torres em Altamira–Pa**. *Revista Percurso*, v. 12, n.1, p. 49- 75, 2020.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra,1999.

CELLARD, André. Análise documental. In. Vários Autores. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

COELHO, R. C. T. P. [ET. AL.]. **Influência do uso e ocupação do solo na qualidade da água: um método para avaliar a importância da zona ripária.** Revista Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science: v. 6, n. 1, 2011.

COLI, Luis Régis. **Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias.** IN Acselrad, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR (2010).

CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In: Paisagem, tempo e cultura. CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1989).

COSGROVE, Denis. Geography and vision: seeing, imagining and representing the world. New York: Palgrave Macmillan, 2008. (International Library of Human Geography, v. 12). ISBN 9781850438465.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, v. 10, n. 1, p. 45-62, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/622249>. Acesso em: [10 de março de 2025].

CRUZ, Valter do Carmo. **Rio como espaço de referência identitária na Amazônia: considerações sobre a identidade ribeirinha.** In: **encontro nacional da anpur, xiv**, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

DONADIEU, P.; PÉRIGORD, M. **Clés pour le paysage.** Paris, França: Géodhrys, 2005.

FERNANDES, D. R. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. **Revista de Ciências Jurídicas**, Londrina. v. 13, n. 2, p. 57-68, set. 2015.

FORLINE, L.; FURTADO, L. G. **Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceito.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér: Antropol. 18(2), 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (orgs). **Geomorfologia e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 12ª ed., 2016.

IFAD - INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. **Good Practices in participatory mapping.** 2009.

LIMA, M. de M. **Interfaces da cidade com o rio no Sudeste Paraense: estudo sobre a orla fluvial de Marabá.** 2010. [s.n]. Relatório de Pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Pará, Belém: UFPA, 2010.

- LIRA, T. de Melo; CHAVES, M. do Perpétuo S. Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política.** *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.
- LISBOA, Pedro Luiz Braga (org.). *Aurá: comunidades & florestas.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. 234 p.
- LOUREIRO, J J P. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário.** Belém: CEJUP, 1995.
- LUZ, Coaracy Eleutério da. PAISAGEM E GEOGRAFIA: UMA REVISÃO CONCEITUAL. Geoiingá: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, PR:** v. 6, n. 1, p. 110-135, 2014.
- MARANDOLA, H. L.; DE OLIVEIRA. L. **Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem.** *Geograficidade* | v.8, Número 2, Inverno 2018.
- MARANDOLA, Hugo Leonardo. *Augustin Berque e a busca de outra ontologia para a geografia.* 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2024.
- MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. *EXTRAMUROS-Revista de Extensão da Univasf, [Petrolina]*, v. 3, n. 2, 2015.
- MIRANDA, Rogério Rego. A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432207, 20 dez. 2024.
- NERI, Isabell Theresa Tavares. *Cartografia de saberes de mulheres ribeirinhas em uma classe hospitalar na Amazônia paraense.* 2018. 255f. Dissertação (Programa de pós-graduação em educação)-Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.
- NOGUEIRA, A. R. B. **A geograficidade dos comandantes de embarcação no Amazonas.** Terra Livre, Goiânia. Ano 22, v. 1, n. 26 p. 91-108. Jan-Jun/2006.
- NUNES, D. Aquino; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **(Sobre)vivências ribeirinhas na orla fluvial de Marabá-Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas.** *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 209-238, jun. 2012. ISSN 1516-6481.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia.** *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, Sept. 2006.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Transporte - SETRAN/PA. RIMA: Estudo de Impacto Ambiental. Projeto Avenida Liberdade, 2023. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Rima.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2025.
- PASSOS, Messias Modesto dos. **PAISAGEM E MEIO AMBIENTE- Noroeste do Paraná.** Maringá, PR: Eduem- Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2013.

PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA/IFPA-Campus Belém. Banco de dados. 2025.

RAMBALDI, G.; KYEM, P. A. K. **Manejo y comunicación de la información territorial en forma participativa en los países en vía de desarrollo.** Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries, 2011, n 11, p. 1-11.

RICHTER, Denis. **Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio.** 2010. 335 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2010.

ROCHA, G. O. R.; AMORAS, I. C. R. **O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia.** Terra Livre, Goiânia, Ano 22, v. 1, n. 26. p. 143-164. Jan-Jun/2006.

RODRIGUES, Cleide. A Teoria Geossistêmica e sua Contribuição aos Estudos geográficos e Ambientais. **Revista do departamento de Geografia da USP**, 14, p. 69-77, 2001.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A Classificação das Paisagens a partir de uma Visão Geossistêmica. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, CE: ano 01, número 01, 2002.

SALAZAR, Brenda da Silva; SANTOS, Taiane da Silva; SOUZA, Isaneide Rocha de; CARMO, Eunápio Dutra do. **A força da mulher na comunidade Magebras (Marajó-Pará): agroecologia, empoderamento e segurança alimentar.** In: DIÁLOGOS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS: MULHERES, FEMINISMOS E AGROECOLOGIA, 2021, evento virtual. *Cadernos de Agroecologia*, v. 16, n. 1, 2021. ISSN 2236-7934. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6649/4801> Acesso em: 34 mar. 2025.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem.** in: Paisagem, tempo e cultura. CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).

SOUSA, R. E. M. de. **Do rio eu sou, “da beira eu sou”:** a relação identitária das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré-ro com o Rio Madeira. *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 1, p. 48-66, Jan./Jun. 2017. ISSN: 2318-2695.

SOUSA, Rúbia Elza Martins de; MENEZES, Elisângela Ferreira. **No compasso das águas: o envolvimento das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré-RO em movimentos sociais.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos.** Florianópolis: UFSC, 2017. ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498685818_ARQUIV_O_Artigo_completo.pdf

TAVARES, Gisleidy Uchôa. *Diagnóstico participativo do nexus água-energia-alimento em comunidades rurais e ribeirinhas na Amazônia Oriental.* 2022. 207f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

TOMAZ, Y. P. **Cartografia participativa aplicada ao desenho ambiental.** Labverde, São Paulo, v. 10, n. 1, p. e159536, 2020.

TRINDADE JÚNIOR, SC da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. Artigo do NAEA 321, Dezembro de 2010. ISSN 15169111.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará - SPU/PA, por delegação de competência concedida a seu Superintendente pela Senhora Secretária do Patrimônio da União, através da Portaria n° 173/SPU, de 31/08/2009 e nos termos da Portaria n° 100/SPU, datada de 03/06/2009 - ao considerar, dentre outros aspectos, a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzeas situadas no âmbito da Região Amazônica, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais e que o aproveitamento racional desses recursos possibilitará, sem dúvida alguma, compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso socioeconômico da região e, ainda, que se torna indispensável a descentralização do poder decisório em casos de regularização fundiária de áreas dessa natureza, que venha possibilitar um mais eficiente e dinâmico fluxo processual, 04957.004483/2010-5 requerimento protocolado junto a esta Superintendência, considerando tudo o que consta dos autos, CONCEDER a CECILIA SANDRA SANTOS FERREIRA • nacionalidade: BRASILEIRA, CASADA, profissão: AGROEXTRATIVISTA, RG n° 4395302-SSP/PA e CPF n° 822.657.472-2 a AUTORIZAÇÃO DE USO PARA ATIVIDADES EXTRATIVISTAS, a ser cumprida de acordo com autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente, que passa a fazer parte integrante deste documento, com referência a uma área localizada no rio GUAMÁ - ILHA ICATUZINHO, Município de Belém, neste Estado, circunscrita a um raio de 500m a partir do ponto geodésico, definido como Latitude (S) 01°27'55,3" e Longitude (W) 48°25'25,1* estabelecido no local da moradia do autorizado/beneficiário, alcançando a delimitação de 33 m presumível dos terrenos de marinha, respeitados os limites de tradição das posses existentes no local.

A presente autorização não confere ao autorizado/beneficiário qualquer direito possessório ou dominial sobre a área em questão, porque concedida por mera liberalidade e em caráter excepcional, transitório e precário, e cujos direitos de detenção dela decorrentes, por sua natureza personalíssima, não poderão ser transferidos a terceiros, em hipótese alguma, sob pena de imediato cancelamento por simples notificação ao autorizado, e poderá também, ser cancelada da mesma forma, se desvirtuado o objetivo nela estipulado.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (29/02/2024)

1. A quanto tempo você reside neste local?

De 0 à 10 anos. entre 10 à 20 anos. entre 20 a 30 anos.

2. Durante esse período que você reside aqui, você consegue notar/expressar alguma mudança na paisagem local?

Sim, quais: _____

Não.

3. Há quantas crianças na residência? E qual a média de suas idades?

de 1 à 2 crianças. 3 crianças. 4 crianças.

de 0 a 5 anos. de 5 a 10 anos. de 10 a 15 anos.

4. Você se considera ribeirinho ou morador da cidade?

Ribeirinho. Morador da cidade/cidadino.

5. Há alguma relação de dependência com o ambiente natural?

Econômico/Trabalho. Locomoção. Alimentar.

6. Com base no seu convívio com o ambiente, diga duas potencialidades (pontos positivos) e duas fragilidades (pontos a se melhorar):

Potencialidades:

Fragilidades:

7. Com relação ao saneamento básico (acesso ao abastecimento de água, coleta de lixo, lançamento de água residuais). É algo:

Problemático. De fácil resolução. Algo distante da minha realidade.

8. Com base nas perguntas e respostas que foram destacadas, você teria interesse em mapear/expressar em um mapa os dados que você deu, a fim de cobrar o poder público e trazer melhorias para a comunidade?

Sim, tenho interesse. Não tenho interesse.

APÊNDICE C

PERGUNTAS – ENTREVISTAS ABERTAS (14/01/2025)

1. Como você percebe as mudanças na natureza e na paisagem ao longo dos anos?

- Essa pergunta abre um espaço para o entrevistado descrever as transformações que ele considera mais significativas.

2. Quais aspectos da paisagem eram mais importantes para você e sua comunidade antigamente e como isso mudou?

- Foca no que foi perdido ou transformado ao longo do tempo, e pode gerar insights sobre mudanças nas prioridades e modos de vida.

3. Você percebeu mudanças no nível do rio, na vegetação ou na fauna? Como isso afetou a vida da comunidade?

- Busca uma reflexão sobre mudanças específicas, como o nível das águas, desmatamento, ou perda de biodiversidade.

4. Como as mudanças na paisagem impactaram o seu modo de vida e as atividades cotidianas (como pesca, agricultura, transporte)?

- Pergunta sobre as consequências práticas das transformações para a subsistência e o cotidiano da comunidade.

5. Você já percebeu alterações no clima ou nas estações do ano? Como isso influenciou a relação de vocês com a terra e o rio?

- Questiona sobre o impacto das mudanças climáticas e variações sazonais na vida ribeirinha.

6. Na sua opinião, o que causou as mudanças que você observou na paisagem?

- Permite que o entrevistado reflita sobre as causas, sejam elas naturais ou provocadas pela ação humana (ex: desmatamento, construção de barragens, agricultura, entre outros).

7. Você acredita que a intervenção de projetos governamentais ou externos (como hidrelétricas, rodovias, ou projetos de desenvolvimento) trouxe impactos negativos ou positivos para a sua comunidade?

- Questiona diretamente sobre as influências externas na paisagem e na vida da comunidade.

8. Há algo que você gostaria que fosse feito para preservar a paisagem e os recursos naturais da região?

- Estimula a reflexão sobre a preservação e o que poderia ser mudado para melhorar a situação atual.

9. Como as mudanças na paisagem afetaram a cultura e as tradições da sua comunidade?

- Investigação sobre como a relação da comunidade com o ambiente mudou sua identidade cultural e social.

10. Quais são as memórias ou histórias antigas que você tem sobre a paisagem de antigamente?

- A pergunta explora a memória coletiva e as histórias passadas, oferecendo uma visão mais emocional sobre as transformações.

11. Em sua opinião, o que ainda deve ser protegido na paisagem e no ambiente local?

- Pergunta voltada para a preservação de elementos que a comunidade valoriza.

12. Como você imagina a paisagem da sua região nos próximos anos, considerando as mudanças que estão ocorrendo?

- Questiona sobre as expectativas da comunidade e o futuro da região.

13. Quais ações você acha que poderiam ser tomadas para melhorar as condições ambientais e de vida na sua comunidade?

- Permite que a comunidade sugira soluções ou desejos para o futuro.

APÊNDICE D

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu,

_____ (cargo ocupado), tenho ciência e autorizo a pesquisa intitulada “Mapeamento participativo como representação das expressões paisagísticas da comunidade ribeirinha Porto da Ceasa, em Belém/PA”, sob a responsabilidade do pesquisador Pedro Henrique Conceição Rodrigues no _____ (local). Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador o uso do espaço físico, entrevistas, documentos para análise e fotografias.

Assinatura

Cargo ocupado

_____, _____ de Abril de 2024

APÊNDICE E

ANEXO E TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____
depois de entender os riscos e benefícios da pesquisa intitulada “Mapeamento participativo como representação das expressões paisagísticas da comunidade ribeirinha Porto da Ceasa, em Belém/PA” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, o pesquisador Pedro Henrique Conceição Rodrigues a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citado em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa Pedro Henrique Conceição Rodrigues, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Assinatura do participante da pesquisa

_____, _____ de janeiro de 2025.

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por PEDRO HENRIQUE CONCEICAO RODRIGUES, aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, para participar de uma pesquisa. Leia atentamente as informações abaixo e tire suas dúvidas, para que todos os procedimentos possam ser esclarecidos.

A pesquisa com o título “**Mapeamento participativo como representação das expressões paisagísticas da comunidade ribeirinha Porto da Ceasa, em Belém/PA**” tem como objetivo interpretar através do mapeamento participativo a percepção da comunidade Porto do Ceasa, acerca das questões socioambientais que envolvem a paisagem local. Dessa forma, a sua participação poderá trazer como benefício a identificação dos impactos dos eventos de seca associados às seguranças hídrica, energética e alimentar nas comunidades ribeirinhas e rurais, através de metodologias participativas.

Para a sua realização, é preciso que líderes ou a própria comunidade do Porto da Ceasa (Belém), do Estado do Pará, respondam a este questionário, ressaltando-se que a sua colaboração é de caráter voluntário e não implica em remuneração. Há o risco de você sentir-se constrangido com alguma pergunta, e caso isto ocorra, poderá a qualquer momento interromper a pesquisa e se for de sua vontade encerrar sua participação.

O questionário possui perguntas simples e deve tomar aproximadamente 30 minutos do seu tempo. Os seguintes procedimentos serão respeitados:

1. Seus dados pessoais e outras informações que possam identificar você, serão mantidos em segredo;
2. Você está livre para interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos e
3. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada

Endereço do(s) responsável (is) pela pesquisa:

Pesquisador Responsável: Pedro Henrique Conceição Rodrigues

Instituição: Universidade Federal do Pará / Departamento de Geografia-PPGEO.

Endereço: Avenida Augusto Corrêa, n.1, Campus Guamá.

Telefones para contato: (91) 9 84673125 ou (91) 32018194

E-mail: pprodrigues0412@gmail.com

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA. Rua Augusto Corrêa, 01, Setor básico, prédio da Reitoria, 2º andar. fone: 91 32017019.

O _____ abaixo assinado

_____,
_ anos, RG: _____ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo e que minha participação é de caráter voluntário e não serei remunerado.

Pesquisador

Responsável: _____

Data: __/__/2025

Participante:

Data: __/__/2025